Parlamento e o povo na rua celebraram 29 anos de Abril

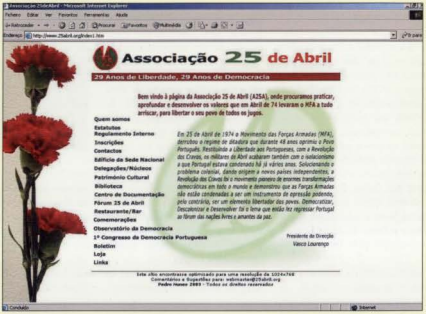
Observatório da Democracia arrancou com sessão em Coimbra

referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 71 ■ Abril – Junho 2003

www.25abril.org

A ASSOCIAÇÃO 25 de Abril já está *on-line*. Estamos a meio de um caminho que desejamos prosseguir fiéis aos princípios que animam a nossa actividade: promover e divulgar Abril. É por isso que não podemos ignorar as potencialidades de comunicação que as novas tecnologias oferecem, utilizando-as e colocando-as à disposição dos associados e demais interessados. A partir de agora basta ir à Internet através do endereço www.25abril.org e está no sítio da A25A. A página de abertura apresenta o novo sítio onde se impõe a imagem mítica do cravo vermelho e anunciam os propósitos da própria associação: «aprofundar e desenvolver os valores que em Abril de 1974 levaram o MFA a tudo arriscar, para libertar o seu povo de todos os jogos.» O grafismo da página, concebido pelo webdesigner Pedro Nunes, convida-nos a viajar em várias rotas. Lá se encontram respostas para quem quiser saber «quem somos» ou conhecer os nossos estatuto e regulamento interno. O visitante ficará a saber também os nossos contactos e terá acesso à informação sobre delegações/núcleos, património cultural, biblioteca e fórum. Comemorações e Observatório da Democracia são outros temas já disponíveis, sendo de destacar o trabalho de actualização permanente que vai ser realizado no espaço dedicado ao Observatório da Democracia onde serão inseridas – praticamente em tempo real – todas as informações por ele produzidas.Depois, porque «Roma e Pavia não se fizeram num dia» melhoraremos os temas relacionados com o Edifício da Sede Nacional, Centro de Documentação, Restaurante/Bar, 1.º Congresso da Democracia Portuguesa, Boletim e Loja. A próxima surpresa está relacionada com O Referencial. Na verdade dentro muito brevemente – assim o esperamos – será possível consultar on-line as últimas quatro edições de O Referencial e a curto prazo todas as restantes.A presença da A25A na Internet naturalmente afigura-se óbvia. Não foi, porém, óbvio o esforço conseguir chegar aqui. Mas, é óbvia a nossa determinação para prosseguir a caminhada com os nossos associados para continuarmos a divulgar Abril. ■



Bem-vindo ao novo site da Associação 25 de Abril.

Após várias e espaçadas tentativas, estamos vencendo as dificuldades existentes e o nosso site começa a não nos envergonhar. Por isso, visite-o e dê-nos as suas críticas/sugestões, utilizando de preferência o e-mail da A25A (a25a.sec@25abril.org). ■

Vasco Lourenço

de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. *O Referencial* reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente

O último general da brigada

NO DIA 10 de Junho, o general Silva Cardoso, orador convidado no 10.º Encontro Nacional dos Combatentes, referiu–se aos que, com o 25 de Abril, teriam traído os que combatiam em África: *Se retirámos foi porque, na retaguarda, o poder foi tomado por fanáticos bem doutrinados por aqueles que apoiavam os nossos inimigos*. Posso até compreender os sentimentos do general Silva Cardoso, que poderão ser os de outros combatentes, mas a um general exige–se muito mais do que simples emoções. Exige–se–lhe inteligência e conhecimento global dos factos. Por isso, com 30 anos de atraso, posso pedir ao general Silva Cardoso que se informe e reflicta. Pode, por exemplo, começar pelo livro «Portugal e o futuro» do general Spínola, agora reeditado, que teve um imenso impacto no início de 1974 porque revelou ao país que a guerra em África não podia continuar. Nele poderá ler, na página 84, as linhas que a seguir transcrevo: *Não está o bloco comunista interessado em terminar imediatamente o conflito, pois de outro modo já teria proporcionado àqueles movimentos a possibilidade de uma intervenção eficaz à qual seria muito difícil opormo–nos. Mas a União Soviética tem plena consciência de que, quando o quiser, poderá provocar um agravamento incontrolável da situação no Ultramar Português, e não desistirá de ali realizar a sua estratégia neo–imperialista quando o julgar oportuno. Porque o não fez já? Por três razões básicas. Por prudência política; (...) por conveniência própria; (...) por não (lhes) interessar alterar o «status» actual.*

O esforço dos nossos soldados só nos permitia, portanto, aguentarmo–nos em África enquanto tal fosse da conveniência passageira dos soviéticos e também, naturalmente, dos americanos. Na guerra em África, os nossos únicos possíveis aliados, eram os próprios africanos. Se o general Silva Cardoso não é capaz de compreender estas coisas, isso significa, simplesmente, que, inteiramente fora do tempo, ele é um último general da «brigada do reumático». Isto é, do conjunto de generais que, por comodismo e falta de visão e coragem, se manteve, até ao fim, a obedecer a um governo que, dramaticamente, estava a perder as nossas últimas oportunidades de, por iniciativa própria, chegarmos a um entendimento pacífico com os africanos. O 25 de Abril só teve um defeito: chegou tardiamente. Nós Portugueses, não sofremos muito com isso, mas os Africanos sofreram muitíssimo.

António Brotas

Uma questão de «Intelligence»

MUITAS DAS QUERELAS imediatamente anteriores à invasão do Iraque parecem ter passado para segundo plano. Entre nós, é uma constatação fácil de comprovar (escrevo a 5 de Junho). Arrisco, mesmo, que tal facto se não deve, apenas, ao aparecimento de outros temas de grande sensacionalismo. Na realidade, a vitória militar anglo–americana no Iraque - único facto que fazia o «pleno» das previsões - trouxe, em pouco tempo, o que poderíamos chamar de «satisfação para todos»: para os apoiantes de Bush, a agradável sensação de vitória, rápida e

com baixos custos; para os opositores da coligação, a quase imediata certeza de que, derrubado Saddam, os anglo–americanos somavam os primeiros reveses na gestão do pós–guerra, «disciplina» em que aparentam não ter feito o adequado «trabalho de casa».

Enquanto, por cá, os apoiantes da guerra se deslocaram, prudentemente, para outras frentes de debate, os opositores da mesma parecem deleitadamente emudecidos perante as dificuldades da coligação: não detecção de Armas de Destruição Maciça (ADM), inépcia na manutenção da ordem pública, remodelação da estrutura política aliada em menos de um mês de governação, incapacidade para assegurar necessidades básicas da população, malogro na criação de estruturas políticas iraquianas, etc..

Nos EUA e na Grã–Bretanha, porém, os diversos insucessos continuam a ser tratados nos media com a importância que o assunto requer. A questão sobre todas relevante tem sido o aparente falhanço dos serviços de informações no tocante às ADM. Procurando amortecer os efeitos dos clamores que se levantam, o secretário da Defesa, Rumsfeld, solicitou um inquérito ao funcionamento dos serviços de «intelligence». Algo de semelhante, mas por iniciativa dos opositores à guerra, vem sendo requerido no Parlamento britânico. O assunto promete alguns desenvolvimentos interessantes que, muito provavelmente, acabarão por demonstrar que - para além de toda a postura própria dos poderes imperiais - houve, também, bastante falta de «intelligence».

David Martelo
Porto

As injustiças da Justiça

A mediatização dos múltiplos casos de justiça, desde o simples incidente num bairro degradado de que podem até resultar perdas de vidas humanas, até à prisão preventiva de personalidades públicas implicadas em processos escaldantes, com interrogatórios pela noite dentro, vieram colocar o problema do segredo de justiça e da prisão preventiva.Assisto com preocupação ao «festim» que este tema tem servido para a Comunicação Social. É por isso decidi escrever esta «Carta de Abril» para aqui deixar as perguntas: não eram os senhores da PIDE que interrogavam os seus prisioneiros durante dias seguidos, sujeitando–os à tortura do sono? Será legítimo no Portugal de Abril haver interrogatórios pela noite dentro? O Estado de Direito de Abril tem espaço para pessoas estarem presas preventivamente durante um ano sem saberem de que são acusadas?

Manuel Inês
Lisboa

editorial

Fraude

O SECRETÁRIO de Estado da Defesa norte-americano Donald Rumsfeld vem, finalmente, reconhecer, em 24 de Junho de 2003, que os EUA e a Grã-Bretanha enfrentam, no Iraque, uma guerra de guerrilhas. Só o atraso deveria surpreender. Mas acontece que, menos de dois meses antes, o presidente dos EUA George W. Bush tinha declarado as operações de guerra no Iraque como concluídas. Deveria então surpreender a ligeireza e a irresponsabilidade que tem envolvido toda a guerra no Iraque. Mais uma vez, porém deveria surpreender mas não surpreende. Porque por detrás de tudo isto o que está é uma monumental fraude. Fraude nas justificações para o desencadeamento da guerra, fraude na montagem de operações virtuais, fraude na manipulação da informação e de alguma análise comentada, fraude na pretensa «normalização pós-bélica».

Estou tranquilamente à vontade para denunciar esta fraude porque para ela lancei alertas oportunos mesmo antes de se ter tornado tão evidente. No texto que assinei no *Le Monde Diplomatique* de Fevereiro passado, logo antes do início da invasão anglo-americana e que *O Referencial* reproduziu no seu último número, previa que não era a ausência de violações comprovadas que impediria a agressão e, se necessário, forjar-se-iam. Em artigo que escrevi para a *Visão* de 3 de Abril, antes do «termo das operações», denunciei – e creio ter sido o primeiro a fazê-lo – os riscos de uma informação viciada a partir do posto de comando do Qatar na qual o ministro da defesa português fez questão de envolver militares portugueses em serviço oficial. E alertava eu que (...) se Bagdad vier a ser ocupada (...) recorrerá, como é previsível, a uma estratégia assimétrica baseada na resistência popular generalizada e na guerrilha, de que deram já os primeiros sinais, instrumento legítimo de um povo que defende o seu espaço nacional.

Só a arrogância de quem pensa ter o mundo ajoelhado aos pés do seu poder imperial justifica que ignore o que é óbvio.

O poder nos EUA e na Grã-Bretanha está a enfrentar o preço da fraude e da mentira com que ludibriaram os seus concidadãos e lançaram os seus militares na aventura equívoca do Iraque. Espera-se que pague um preço justo.

Mas, e em Portugal? Nos finais do ano passado o ministro Paulo Portas fez uma visita oficial ao Pentágono, a convite do seu «amigo americano» Rumsfeld. No regresso afirmava, peremptório, com a artificial pose de estadista que tanto se esforça por exibir, que lhe tinham sido mostradas provas insofismáveis da existência de armas de destruição maciça e de ligações de Bagdad à Al-Qaeda. Será que em Portugal a fraude passa impune? Será que ao nível do Estado, das instâncias democráticas de representação da soberania popular, da comunicação social, da opinião pública, ninguém questiona este senhor pela fraude com que mentiu aos portugueses e com que envolveu Portugal na guerra do Iraque?

O Referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública-Declaração n.º 164/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril

Presidente da Direcção
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (Edição Fotográfica)
Amin Chaar (Porto)

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando da Vaza Pinlheiro, José Barbosa Pereira, José Fontão, Luís Galvão (Bridge), Luís Vicente da Silva (cartoon), Maria Rodrigues (Delegação Norte), Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E.mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.ª
4050-092 Porto
Apartado 4678
4012-001 Porto
Telef./Fax: 22 203 11 97
E.mail:a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Rua Sacadura Cabral
7570 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontário M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2 –A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf. 21 388 26 29
Fax 21 383 26 78

Tiragem: 4 000 exemplares

Distribuição grauita

Depósito legal n.º 32 998/89

«Cravos com Espinhos»

CARLOS DUARTE

...Algures, entre a eternidade
de um momento mágico e a
mágica brevidade do infinito,
paira a essência da beleza, da
poesia, do amor e quem sabe
o sentido da própria vida...

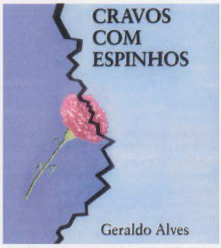
ENCONTRA-SE já à venda o primeiro livro de poesia de Geraldo Alves numa edição da Associação Cultural e Desportiva «Os Ilhavos».

A capa é de autoria do médico e cantor, Vieira da Silva, os desenhos são de Adélio Simões, a fotografia do jornalista Carlos Duarte e a organização e fixação do texto de João Balseiro.

O prefácio é do jornalista Viriato Teles, companheiro de «outros tempos» do poeta, que afirma:

(...) *Geraldo Alves teve o privilégio de pertencer à geração que viveu por dentro de todos os sonhos. E nem a «normalização democrática» que acabou por converter o país numa coisa muito diferente e bastante mais feia do que aquela que se imaginou em 1974, o fez perder o agudo sentido de observação que então desenvolveu - de si mesmo, dos outros e do mundo. Esse é um dos traços mais vincados do seu carácter, e está por inteiro na sua poesia, nas suas canções, no seu discurso, marcado ora pela firmeza, ora pela bonomia, dando conta de interrogações, gritos e medos que são dele e são de todos.*

A poesia - sobretudo esta poesia - não é, não pode nunca ser, um vulgar objecto literário (...)



Muita da poesia que está neste livro nasceu para ser cantada, o que não só não a diminui como a engrandece.

Geraldo Alves, nasceu em Ílhavo, em 1956. Formou na década de 70 com Artur Ramisote um duo de grande sucesso tendo escrito, nesta parceria, alguns dos poemas que foram e são referencia na história da música do Distrito de Aveiro. Foi um dos poucos participantes no Festival da Canção do Illiabum que ganhou em todas as áreas, intérprete, autor da letra, autor da música e vencedor do melhor poema, tendo ganho este mesmo prémio em Lisboa, Coimbra e Ovar entre outras localidades do país.

Várias das suas poesias estão publicadas em inúmeros jornais como, o Diário de Coimbra, Soberania do Povo de Águeda, revista *Mundo da Canção*, jornal da Associação dos Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e em jornais regionais de Aveiro. ■

Abril amargo

Abril uma semente que se contorce no âmago,
um amor antigo que se adivinha amargo
um símbolo porto em horas de retardo,
um ser abalroado por outro insano,
um poço sagrado mergulhado pelo profano,
o objectivo esquecido e não mais pugnado,
o conteúdo amarelecido que antes era rosado,
o sonho que do passado para o futuro ficou retido,
o passo a desgastar-se num ritmo dorido,
o soldado que sem batalha se mostra ferido,
o homem a quem desapareceu ente querido,
um amor antigo que se adivinha amargo.

Joaquim Nelson Simões

Associação dinamiza clube de coleccionismo

A PARTIR do presente número estará disponível no nosso Boletim um espaço dedicado ao coleccionismo, destinado a possibilitar que os nossos associados divulguem a sua disponibilidade para permutar, comprar ou vender objectos coleccionáveis, conselhos e «dicas» sobre a melhor forma de organizar colecções, etc.

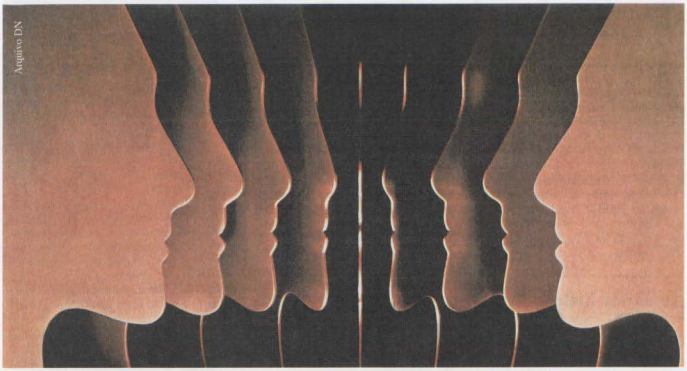
Esta secção será coordenada pelo nosso associado António Baltazar Lourenço, a quem deve ser dirigida a correspondência referente a este tema. ■

Moções

POR OCASIÃO do 29º Aniversário do 25 de Abril diversas entidades aprovaram moções pela passagem da data.

Assembleia de Freguesia da Damaia; Assembleia de Freguesia de Aldeia de Paio Pires; Assembleia de Freguesia de Apelação; Assembleia de Freguesia de Bobadela; Assembleia de Freguesia de Charneca de Caparica; Assembleia de Freguesia de Feijó; Assembleia de Freguesia de Frielas; Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora do Bispo; Assembleia de Freguesia de Pedrogão; Assembleia de Freguesia de Queluz; Assembleia de Freguesia de S. João da Talha; Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém; Assembleia de Freguesia do Prior Velho; Assembleia Municipal de Lisboa; Assembleia Municipal de Odivelas; Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira; Assembleia Municipal do Barreiro; Coligação Democrática Popular; Federação das Associações de Reformados Pensionistas e Idosos do Distrito de Lisboa; Junta de Freguesia de Bucelas ■

Utilize o e-mail na correspondência com a A25A! Comece, informando-nos do seu endereço electrónico! Assim nos facilitará a vida...!


Arquivo DN

Observatório da Democracia arrancou com sessão em Coimbra

DECORREU no passado dia 3 de Maio a primeira iniciativa do Observatório da Democracia da A25A. Tratou-se de um debate entre cerca de quarenta convidados, sobre o tema *A relação dos Portugueses com o voto. A lei eleitoral, a abstenção e os novos modelos de voto - o televoto. As outras formas de participação intercalar - os referendos e as petições.*

A moderação ficou a cargo do prof. doutor Rui Alarcão, ex–reitor da Universidade de Coimbra e presidente da Assembleia Geral da Delegação do Centro e do cor. Vasco Lourenço, presidente da Direcção.

Entre os convidados constaram: José Magalhães, António Filipe, Gonçalo Capitão. Luís Fazenda, Ana Drago, Jorge Barreto Xavier, Elizabete Azevedo, Alberto Martins, Ruben de Carvalho, Humberto Martins, Barbosa de Melo, Luís Filipe Pereira, João Almeida, Miguel Almeida, Costa Brás, Marques Júnior, Sérgio Sousa Pinto, Zita Henriques, Garcia Pereira, Miguel Galvão Teles, Manuel Monteiro, Miguel Teixeira, Abílio Hernandez.

O mote do debate foi dado pela apresentação do dr. André Freire - *A Evolução das Opções Político–Eleitorais dos Portugueses, 1975-2002* - que se referiu a dados de vários estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de que é oriundo, tentando avaliar o comportamento eleitoral dos Portugueses e estabelecendo comparações com demais países desenvolvidos.

O sentido geral da comunicação sublinhou uma tendência geral para a subida da abstenção nas últimas décadas, quer em Portugal quer nos demais países estudados, com e sem voto obrigatório, identificando–se em Portugal, contudo uma peculiaridade preocupante. Contrariamente aos demais países o aumento da abstenção não é, entre nós, compensado por um aumento da participação política não eleitoral. Ou seja, o número de portugueses que assina um abaixo assinado, ou que participa numa manifestação, etc., é também sucessivamente menor.

Outros dados interessantes analisados prendem–se com a imagem dos detentores de cargos políticos, que são genericamente mal vistos pelos eleitores, destacando–se uma percentagem alta de cidadãos que pensa que os políticos são corruptos ou muitos corruptos.

O estudo elabora ainda sobre a natureza e fidelidade do voto em cada partido para concluir por uma ligação do votante ao conceito «ideológico» de esquerda ou direita. (*In A abstenção eleitoral em Portugal*, André Freire e Pedro Magalhães - Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2002)

O debate que se seguiu foi uma oportunidade única de sentar à volta de um tema de vital importância para a Democracia portuguesa personalidades de origens muito diversas proporcionando uma troca de argumentos muito rica, com elevação e respeito pela multiplicidade de pontos de vista.

O painel de convidados que reuniu pessoas de diferentes idades e géneros, diferentes formações académicas e partidárias, oriundas de diferentes regiões do País, permitiu elencar uma diversidade de pontos de vista.

O conteúdo do debate estará em breve disponível na integra *on-line*, no nosso sítio da internet em www.25abril.org e mais tarde será publicado em papel.

Esta iniciativa inseriu–se no Programa da «Coimbra Capital Nacional da Cultura» e nas Comemorações do 29º aniversário do 25 de Abril.

Próximas iniciativas do Observatório da Democracia:

Tema - **O equilíbrio entre o poder eleito, económico e os média. As relações entre eles e a formação de opinião**
Data - **27 Setembro de 2003**
Local- **Porto (a confirmar)**
Moderador - **Artur Santos Silva**

Tema - **As formas de participação cívica e o exercício da cidadania. O movimento associativo, o sindicalismo e as organizações partidárias**
Data - **22 Novembro de 2003**
Local - **Grândola**
Moderador - **Victor Alves**

Contactos para:
José Romano,
21 324 14 20
Associação 25 Abril
Rua da Misericórdia, n.95,
1200-208 - Lisboa
jose.romano@mail.telepac.pt

O século da cidadania

JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES

É MUITO possível que o século XXI fique para a História como o século da cidadania.

Os «fóruns» de cidadãos multiplicam-se por toda a parte e nada adianta acusá-los, como fez o deputado Pacheco Pereira, de constituírem um *remake* do ataque tradicional de raiz marxista à democracia liberal, parlamentar, representativa». Os movimentos sociais fazem parte do exercício da democracia. Não é, por isso, a democracia que está em causa, mas um modelo de representação política que gerou uma oligarquia medíocre, instalada nos partidos, que tem por supérfluos os cidadãos.

Os movimentos sociais de cidadãos são uma resposta ao divórcio entre eleitos e eleitores, à política espectáculo que vai desenvolvendo uma democracia virtual, ao pensamento correcto que, tal como a «linha justa», promove a fuga da esfera política para o conforto privado (onde se desenvolve a hipocrisia, o lambebotismo e se acalenta o medo de perder o emprego por pensar de modo diferente que o «oficial»), ao autoritarismo dos governos e à própria crise do sistema de representação política (a própria regra da maioria, que fora outrora um instrumento contra a exclusão exercida pela aristocracia - minoritária -, volta–se, agora, contra uma minoria que é excluída - ao centro está uma pequena e média burguesia que, com franjas à sua direita ou à sua esquerda, recolhe a maioria dos votos e isso permite que os governos que se apoiam nessa maioria esqueçam os menos favorecidos).

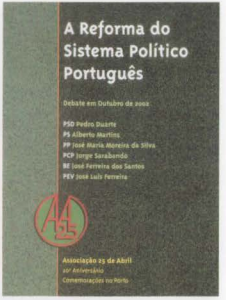
Por outro lado, os cidadãos cada vez estão mais conscientes de que os políticos se entretêm com «jogos florais» (a oposição preocupa–se com o «descrédito» do governo e o governo com a «falta» de oposição) e pouco trabalham para o bem–comum, a resolução dos problemas da educação, da saúde, do emprego e da qualidade da nossa vida colectiva. No entanto, a democracia procede da ideia de que o governo está ao serviço dos cidadãos e não o contrário. Todo o ser humano, mesmo antes de fazer parte de uma comunidade, constitui–se, pela sua dignidade natural, num sujeito de direitos. E, por força desta circunstância, a comunidade atribui–lhe um estatuto e exige–lhe o desempenho de um determinado papel, que constitui o capital mobilizador das energias de uma sociedade. Posteriormente, numa fase de organização política da comunidade, surge o Estado, como o seu órgão de decisão. Mas o Estado só se torna Estado de Direito quando garante que todos os titulares do mesmo estatuto serão tratados da mesma forma e, em igualdade de direitos, puderem livremente responder às expectativas que os seus papéis criaram. Ora, desempenhar o papel de cidadão é ter exigências de justiça e exercer o dever de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana (todos nascemos para sermos felizes). Este papel enraíza nos direitos naturais do ser humano e, por isso, os partidos não o podem subtrair nem, consequentemente, arrogarem-se o direito de possuírem o monopólio da acção política. Os latinos ao afirmarem *potestas in populo*, auctoritas in senatu, já sublinhavam que o poder procede do povo, do agir em comum, enquanto que a autoridade é um meio de representar esse poder. Se o divórcio entre o povo e quem o representa é grande, necessariamente o povo cidadão tem o direito e o dever de procurar outras formas de manifestar as suas preocupações. O descrédito dos partidos e do sistema representativo não pode ser escondido com a demonização do natural direito ao exercício da cidadania.

> **Os movimentos sociais de cidadãos são uma resposta ao divórcio entre eleitos e eleitores**

> **Os cidadãos cada vez estão mais conscientes de que os políticos se entretêm com «jogos florais» (a oposição preocupa–se com o «descrédito» do governo e o governo com a «falta» de oposição) e pouco trabalham para o bem–comum**

> **Se o divórcio entre o povo e quem o representa é grande, necessariamente o povo cidadão tem o direito e o dever de procurar outras formas de manifestar as suas preocupações**

Não se pode pensar a democracia representativa sem a participativa. Torná–las incompatíveis é seguir a estratégia da avestruz, metendo a cabeça na areia. Precisamos de aprofundar a democracia permitindo outras formas de representação política que possam dar voz aos que não a têm. ■



A Reforma do Sistema Político Português

A DELEGAÇÃO Norte da Associação 25 de Abril acaba de editar *A Reforma do Sistema Político Português* numa feliz iniciativa editorial onde reúne as intervenções dos representantes dos partidos políticos que participaram do painel da mesa do debate público realizado a 19 de Outubro de 2002, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, quando se comemorava então o 20.º aniversário da Associação 25 de Abril.

Esse debate, visando confrontar ideias centradas na questão da reforma do sistema político, resultou do convite feito aos partidos com assento na Assembleia da República pela a Delegação do Norte da A25A.

Em torno do tema «A Reforma do Sistema Político Português», o deputado do PSD Pedro Duarte, o deputado do PS Alberto Martins, o secretário da Comissão Política Distrital do Porto do CDS–PP, José Maria Moreira da Silva, o membro da Direcção Regional do Porto do PCP Jorge Sarabando, o membro da Mesa Nacional do BE José Ferreira dos Santos e o membro da Comissão Política Nacional do PEV José Luís Ferreira expuseram os seus pontos de vista e cruzaram os seus argumentos.

É da transcrição dessas propostas e do debate que trata este livrinho, que saiu em Abril, por alturas da comemoração da Revolução que instituiu o sistema democrático em Portugal. ■

Quotas dos associados - Donativos

NA SESSÃO da nossa Assembleia Geral, realizada em 22 de Março passado, discutiu-se o problema das quotas de associado e a necessidade da sua actualização. (A propósito, se ainda não procedeu à regularização da actual quota, não demore em o fazer.)

Foi, como sempre, um assunto que levantou alguma polémica: por um lado, a necessidade de actualizar, no mínimo, a quota; por outro, o receio de assim estar a dar argumentos aos associados menos militantes.

Acabou por prevalecer a necessidade resultante da independência e autonomia da A25A, que resulta na ausência de apoios institucionais ou outros, não passando despercebidas as enormes dificuldades com que nos debatemos permanentemente, para fazer face ao dia a dia.

No decorrer do debate, foi defendida por alguns sócios a oferta de donativos à A25A. Isto é, os associados que tenham possibilidades deveriam apoiar a nossa Associação dessa forma, até porque as doações que nos forem efectuadas são dedutíveis em sede IRS, dada a nossa natureza de entidade de utilidade pública. Concordando com a ideia, aqui fica o desafio: dentro das suas possibilidades, apoie a Associação 25 de Abril com um donativo, ajudando-a a desenvolver melhor as suas actividades! ■

Vasco Lourenço

Pezarat Correia perante a plateia que o escutou com amizade e respeito

Sala cheia na última aula de Pezarat Correia

PROFESSORES, antigos e actuais alunos, e uma delegação da Associação 25 de Abril liderada pelo seu presidente, Vasco Lourenço, encheram o auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no dia 21 de Maio, para escutarem a lição de sapiência de professor Pezarat Correia e nosso prezado director. Fora-lhe sugerido um assunto relacionado com o 25 de Abril, e, na última aula, Pezarat Correia dissertou sobre o tema «25 de Abril: uma leitura geopolítica e geoestratégica». Durante mais de uma hora os presentes foram confrontados com uma lição magistral e momentos de emoção, nomeadamente quando Pezarat Correia se referiu à presença da sua família, dos amigos e evocou a memória de Melo Antunes, uma das suas inspiradoras referências.

A lição de Pezarat Correia bem com as intervenções dos professores José Reis e José Manuel Pureza já está no prelo, numa edição que irá constituir o primeiro número da Colecção Cadernos da A25A e ficará brevemente à disposição do público. ■

A bandeira (oferecida) de Emídio Guerreiro

A ASSOCIAÇÃO 25 de Abril está mais rica. O prof. Emídio Guerreiro, um dos dois sócios de honra vivos, ofereceu uma bandeira nacional que ele guardara religiosamente durante décadas.

Um resistente à ditadura, funcionário público, de que não recorda o nome, pelos idos anos 50, fugiu para França para escapar às masmorras da PIDE. Da repartição de que se ausentara tinha levado uma enorme bandeira nacional que, apenas em dias muito solenes, drapejava ao vento, no alto do mastro superior do Terreiro do Paço.

Para o exilado político, o símbolo nacional era estímulo para suportar as dores da ausência do seu país. Quantas noites de solidão a terão olhado e perante ela contenve as lágrimas? Foi esta força que um dia, ainda longe da madrugada de Abril, ele desejou comunicar ao velho resistente que acabara de conhecer e já admirava por dele ouvir testemunhos de quem o conhecia bem. Num fim de tarde em Paris quis que fosse Emídio Guerreiro a ficar com a sua bandeira.

Ora, foi este estandarte da resistência que Emídio Guerreiro entendeu agora confiar à Associação 25 de Abril por considerar ser a instituição que melhor protagoniza os ideais do conspirador que ele um dia encontrou em Paris.

Fará parte do acervo da A25A e será memória de todos os que como Emídio Guerreiro lutaram para que Abril tivesse sido possível. ■

A invasão do iraque

Da falácia da argumentação belicista aos objectivos geoestratégicos, geopolíticos e geoeconómicos dos EUA.

Direitos reservados

MONTEIRO VALENTE

PASSADOS cerca de quatro meses sobre o início da invasão do Iraque, não restam dúvidas - menos agora depois de Paul Wolfowitz, haver reconhecido que as justificações para a guerra não passaram de «razões burocráticas» - de que a opinião pública foi objecto de uma operação de manipulação pelos *media* com vista a obscurecer as reais motivações da operação militar e mobilizá–la para apoiar uma decisão há muito tempo aprovada. Mas, mais grave ainda, começa–se mesmo a acreditar que as alegadas provas da existência de armas de destruição maciça no Iraque terão sido produto, igualmente, de manipulação de informações dos serviços secretos.

A guerra contra o Iraque foi um instrumento de uma geoestratégia mais vasta dos Estados Unidos, que mergulha as suas raízes no passado e se inscreve num objectivo global de hegemonia planetária num mundo unipolar e num objectivo particular de domínio do Médio Oriente. O objectivo global é o mesmo do seu pai e de Bill Clinton - ciar uma «Nova Ordem Internacional» à sombra de uma «pax americana» - mas prosseguido de uma forma mais radical e agressiva, coroando um processo em que os EUA se foram progressivamente libertando da tutela das organizações internacionais nos seus propósitos expansionistas.

A guerra contra o Iraque em 1991, ofereceu aos Estados Unidos a primeira oportunidade, a partir da dissolução do Pacto de Varsóvia, para a sua instalação militar no Médio Oriente. O conflito dos Balcãs constituiu o cenário de fundo para os novos passos: a alteração do conceito estratégico da NATO, que permitiu à Aliança empreender acções *out of area*, concretizadas, de imediato, na crise da Bósnia–Herzégovina; a projecção dos EUA na Europa Central com a instalação de bases militares na Hungria, mesmo antes da sua adesão à NATO; a primeira acção militar da NATO fora do quadro da ONU, na crise da Jugoslávia–Kosovo.

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 vieram dar a George W. Bush a oportunidade para prosseguir o plano, mas substituindo a estratégia de contenção por uma nova estratégia preventiva, a qual, na prática, se traduz no aproveitamento, ou mesmo na promoção, de conflitos regionais para justificar os seus empreendimentos militares e reforçar a supremacia mundial dos EUA.

Foi este o enquadramento, primeiro, da intervenção militar no Afeganistão e, depois, da invasão do Iraque. Mas, num caso e noutro, os objectivos finais ultrapassaram largamente os objectivos iniciais. Na primeira situação, os Estados Unidos acabaram por consolidar o seu peso político e militar na Ásia Central. Na segunda, aproveitaram, igualmente, a vitória sobre o Iraque para reforçarem o seu poder em todo o Médio Oriente. Nas duas situações, os Estados Unidos intervieram por iniciativa própria, à revelia da ONU e dispensando a própria NATO, contando apenas com o apoio do seu fiel Reino Unido. Ou seja, depois de a NATO haver substituído a ONU nos Balcãs, as forças armadas dos EUA substituem agora a NATO.

Ao mesmo tempo, a pretexto da segurança na reconstrução do Iraque, os Estados Unidos intentam levar a NATO ao coração do Islão e, com o mesmo pretexto, tencionam que esta organização substitua no Afeganistão as suas forças de estabilização, alargando duma assentada a área de intervenção da NATO ao Médio Oriente e aos limites da Organização do Tratado de Segurança Colectiva (ODKB) na Ásia Central, depois de a haverem alargado às fronteiras da Comunidade de Estados Independentes (CEI), numa clara demonstração das reais motivações geoestratégicas a longo prazo de domínio da Eurásia.

A invasão do Iraque constituiu, simultaneamente, um ensaio da nova tese da estratégia preventiva e, sobretudo, um aviso claro às várias potências concorrentes a não aspirarem a um maior papel global ou, mesmo, regional. E a sua aparente conformação, bem como a do mundo árabe em particular, parece mostrar que compreenderam a lição. Até a Coreia do Norte baixou o tom. A confirmar–se a harmonia aparentemente conseguida nas recentes cimeiras de Sharm el–Seikh e de Aqaba, George Bush poderá ter conseguido o seu objectivo geopolítico de submeter os países do Médio-Oriente ao *american way of life*. Contudo, a posterior radicalização de posições entre Israel, o Hamas e outros grupos palestinianos parecem indiciar que as mesmas não terão passado de mais um simulacro de paz. De qualquer forma, dificilmente se acreditará na boa fé dos planos de paz da Administração norte-americana para o Médio Oriente, enquanto Israel não for incluído, também, no projecto de desnuclearização da região e não puser termo à sua «lógica de fortaleza», que tem sido a causa, desde há mais de meio século, da violência na região. Mas isso implicaria que os EUA perdessem o «inimigo útil», que tem justificado a sua estratégia no Golfo.

A invasão do Iraque constituiu, simultaneamente, um ensaio da nova tese da estratégia preventiva e, sobretudo, um aviso claro às várias potências concorrentes a não aspirarem a um maior papel global ou, mesmo, regional

Enfim, como conclui Nadim Shehadi, «o mundo árabe encontra-se num momento decisivo da sua história: o fim da era de Saddam tanto poderá produzir *T-shirts* e bonés de basebol como reforçar o extremismo», tudo parecendo indicar que o último será o cenário mais provável, podendo vir a assistir–se a um reforço de regimes autoritários no Médio Oriente, com o apoio dos EUA. ■

Arquivo DN
LEX
29 anos

Cravos no Parlamento

ANO APÓS ANO, a Assembleia da República reveste-se de cravos vermelhos para assinalar mais um aniversário do 25 de Abril. Na decoração da tribuna impera a flor que o povo implantou nos canos das espingardas dos militares de Abril, ritual que alguns deputados teimam em celebrar, ao ostentarem também o cravo na lapela. Como convidados de honra, na tribuna diplomática tomaram lugar os presidentes dos parlamentos dos países em processo de adesão à União Europeia, cada um deles chefiando delegações plurais das respectivas câmaras.

Os órgãos de soberania estiveram presentes na Casa da Democracia para ouvir Jorge Sampaio, Mota Amaral e os representantes dos partidos parlamentares falarem de Abril e projectarem as suas aspirações para o futuro.

Cada um dos oradores - alguns deles já nascidos em Democracia - viu a mesma realidade com os seus próprios olhos. Preocupações comuns, embora com pontos de vista diferentes, a atravessarem todos os discursos foram: a nível internacional, a guerra ao Iraque e a União Europeia; em termos domésticos: a lei dos partidos políticos, o pacote laboral e a educação.

A seguir respigamos partes das intervenções do Presidente da República, Jorge Sampaio, do Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, e dos deputados José Matos Correia (PSD), José Medeiros Ferreira (PS), João Almeida (CDS/PP), Bruno Dias, (PCP), Joana Amaral Dias (BE) e de Heloísa Apolónia (Os Verdes).

Jorge Sampaio: recusar a facilidade

Iraque. Os portugueses conhecem a minha posição sobre as condições em que foi lançada a ofensiva militar contra o Iraque. Findo o conflito, derrubada uma odiosa ditadura, esperemos que, a partir de agora, se procure repor e reforçar o papel das Nações Unidas, na consciência de que nunca como hoje foi tão necessária uma regulação das relações internacionais, assente no respeito do direito que recuse posições hegemónicas e decisões unilaterais. Ao mesmo tempo, importa acautelar que, uma vez estabilizada a situação de segurança e resolvidas as emergências humanitárias, a reconstrução do Iraque - política, civil, física - se processe na mais estrita transparência, tanto de métodos como de finalidades, sob a égide da ONU, para que a autodeterminação e a rápida normalização do país, protegido na sua integridade territorial, possa ser levada a cabo pelo povo iraquiano.

União Europeia. Devemos interrogar-nos sobre o lugar que pretendemos para Portugal neste mundo em mudança. Ora, na hierarquia dos interesses portugueses, é a EU que assume a posição primeira, decisiva e sem paralelo no plano da nossa estratégia externa. Quero reafirmar aqui tal prioridade, sobretudo neste momento, em que se assiste a uma das recorrentes crispações internas europeias, de antigos ou novos cepticismos.

Geopolítica. A EU não pode falhar este seu encontro com a História. Os problemas correntes da presente conjuntura geopolítica colocam aos responsáveis europeus uma escolha clara: ou dotar a União de objectivos e instrumentos que lhe confiram uma efectiva capacidade de influência diplomática global, ou confiná-la a um estatuto regional. Ora, o progresso, a estabilidade, o equilíbrio do mundo necessitam de uma EU forte, sustentada por instituições sólidas, uma Europa reforçada por um indispensável pensamento estratégico que aproveite as várias experiências nacionais para lançar as bases de uma diplomacia externa interventiva, respaldada por uma adequada política de defesa.

Situação económica. O actual abrandamento da economia portuguesa veio dar destaque a problemas estruturais há muito diagnosticados e revelou novas vulnerabilidades, resultantes, em parte, da dificuldade em lidar com a intensificação da concorrência em mercados cada vez mais globalizados. A palavra «deslocalização» - pronunciada como se de uma fatalidade se tratasse - é cada vez mais utilizada para justificar o despedimento, sem pré-aviso nem justa causa, de milhares de pessoas, e não raramente somos convidados a um encolher de ombros perante a situação, como o argumento de que tudo não passa de um efeito da «globalização», também ela inevitável, também ela irreversível.

Regulação. No contexto internacional, julgo que só uma perspectiva assumidamente reformista pode ser uma vida possível de abordagem deste problema, que exige mais cooperação e mais regulação à escala supranacional. Regulação ao nível dos mercados financeiros, para combater excessos especulativos que, quando entregues a si mesmos, podem penalizar injustamente grupos sociais e povos desfavorecidos; regulação ao nível dos sistemas e mercados de emprego, pondo fim a velhas e novas formas de exploração do trabalho contrárias à dignidade humana; regulação ao nível de equilíbrios ambientais que salvaguardem interesses vitais das gerações futuras; regulação ao nível dos fluxos informacionais, tentando evitar que o seu potencial universalista seja posto ao serviço da força bruta e de interesses particulares ilegítimos. Portugal, uma pequena economia aberta, tem interesse directo em participar activamente em todas as iniciativas que contribuam para regular as relações económicas internacionais.

Rede social. Aos Governos, hoje, pede-se mais e melhor. Pede-se que seja capaz de uma visão estratégica de longo prazo e da ca-

Arquivo DN

pacidade de acção correspondente. Posto perante lógicas de mercado, em grande parte não reguladas e que cada vez mais ultrapassam as fronteiras nacionais, não pode o Estado - sobretudo em sociedades com múltiplas fragilidades estruturais, como é o nosso caso - abdicar de uma ambição forte, quer em matéria de reposicionamento estratégico da economia nacional, quer em matéria de construção de uma rede sustentada de protecção social para os cidadãos mais vulneráveis.

Confiança. A retoma da economia portuguesa, para ser sustentada, tem de assentar na confiança dos Portugueses, num projecto mobilizador e em boas políticas públicas.

Finanças. A necessidade de controlar as finanças públicas - condição da nossa credibilidade externa - é uma obrigação fundamental que requer medidas estruturais e não se faz apenas com medidas excepcionais irrepetíveis nem com uma redução aparente do défice público.

Economia competitiva. Há mais vida para além do orçamento. A economia é mais do que finanças públicas. O aumento do investimento, da produtividade e da competitividade da economia portuguesa é fundamental para o nosso futuro e requer o esforço continuado e empenhado de todos: governantes, empresários e trabalhadores. Uma economia competitiva não é a que se baseia em baixos salários, mas sim a que dispõe de um sistema produtivo moderno, inovador e tecnologicamente avançado, capaz de produzir bens e serviços de qualidade e bem valorizados nos mercados internacionais.

Qualificação. Temos de ter uma mão-de-obra mais instruída e qualificada para poder desempenhar tarefas mais sofisticadas e produzir bens e serviços com mais valor acrescentado. A produtividade também depende da inovação em sentido amplo, designadamente na organização do trabalho, na diferenciação e na qualidade dos produtos e na estratégia de comercialização. Repito: o que conta não é a mão-de-obra barata, mas sim a qualificação dos recursos humanos, a sua cultura e formação técnica.

Empresários. Precisamos de mais e melhor empresários. Precisamos de empresários com visão estratégica, com espírito de liderança e com capacidade de organização e de gestão de empresas. Precisamos de empresários inovadores nos produtos e nos processos de fabrico, capazes de organizarem e motivarem os trabalhadores. Só empresas inovadoras, tecnologicamente avançadas e eficientes podem pagar salários que se vão aproximando dos níveis europeus e permanecerem suficientemente competitivas no mercado global. Precisamos também de empresas e empresários que assumam a responsabilidade social que lhes compete prestando a devida atenção às questões do desenvolvimento sustentável, nomeadamente ao ambiente e à coesão social, e cultivando uma atitude ética socialmente responsável nas relações com os trabalhadores e com a sociedade em geral.

Centros de decisão. Seria prova de ingenuidade ou incúria se a questão dos centros de decisão não fosse tida em conta na condução da política económica, como aliás acontece nos nossos parceiros da União Europeia. Porém, o Estado tem de distinguir bem entre interesses particulares, nos quais não se deve envolver, e interesse nacional, que lhe cabe defender. Nesta perspectiva, qualquer tomada de posição ou actuação do Governo não pode ser feita à custa da eficiência económica e dos interesses dos consumidores, nem à margem da economia aberta em que nos inserimos.

Renovação. A qualidade da nossa democracia depende, em larga medida, da nossa capacidade para renovar o contrato entre o Estado de direito e os cidadãos, aumentando a eficácia e a credibilidade do primeiro, a confiança e a participação dos segundos.

Justiça. Nesta encruzilhada de problemas e desafios que se põem à nossa democracia, a questão da Justiça continua a ser motivo de grave preocupação e exigência inadiável de uma modernidade que tarda. Sem um sistema de administração de Justiça que funcione eficazmente, não é apenas a segurança nas ruas e a paz social que estão em causa. É toda a credibilidade e a qualidade da democracia. E é toda a vida colectiva, desde o desenvolvimento económico e social à transparência do exercício dos poderes públicos.

Descentralização. Nas últimas décadas, os territórios ganharam novas e inesperadas competências: ensino e cultura, por exemplo, informação e comunicação, saúde, desporto, emprego e transportes. O processo desta mudança não está terminado. Dirão muitos, entre os quais me incluo, que precisa de ser aprofundado. Mas, paralelamente, enfrenta hoje um duplo desafio. Primeiro: garantir em todos eles o princípio da igualdade de opor-

Cravos no Parlamento

tunidades, isto é, a equidade territorial. Segundo: promover uma boa articulação entre os diversos níveis de competências territoriais através de uma eficaz descentralização administrativa, que é necessário retomar.

Esperança. O Portugal do 25 de Abril terá sempre um papel a desempenhar na defesa do Direito e na manutenção da paz internacional. É isso que se espera de nós. De um país que há vinte e nove anos fez uma Revolução que constituiu para o Mundo um exemplo exaltante de civismo e de esperança.

Mota Amaral: abertura ao eleitorado

Balanço. O nosso percurso colectivo ao longo do ano vigésimo nono da era de Abril fica marcado, no plano parlamentar, por uma actividade intensíssima, traduzida em mais de cem sessões plenárias e cerca de setecentas reuniões de comissão.

Abertura. O Parlamento tem vindo a demonstrar que está fortemente empenhado numa efectiva abertura ao eleitorado. Acolhemos de braços abertos quem nos procurou para expor problemas e pontos de vista; em muitos casos a iniciativa partiu mesmo cá de dentro. Fomos ao encontro da sociedade civil, promovendo oportunidades de diálogo e dispondo–nos a participar em múltiplas organizações dela, fora dos muros da nossa sede oficial.

Identificação. Os portugueses e as portuguesas têm de se rever no Parlamento, que aliás livremente elegem, convencidos que nesta casa se trabalha muito e com rigor, em serviço dos seus interesses.

CPLP. A recente criação do Forúm dos Parlamentos de Língua Portuguesa, reformulando e ampliando o escopo de valiosa iniciativa anterior, é um primeiro passo para a instituição de uma assembleia parlamentar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tendo em vista contribuir para o seu fortalecimento. A paz em Angola veio abrir novos e promissores horizontes para um desígnio colectivo que se projecta pelos cinco continentes, desde o imenso Brasil ao distante mas sempre presente Timor–Leste, envolvendo centenas de milhões de seres humanos, unidos por se exprimirem e entenderem mediante a bela língua portuguesa.

Parlamento. Não há liberdade nem democracia sem Parlamento, apesar das suas inegáveis limitações e fragilidades. Daí que este seja o lugar próprio para a reafirmação solene, em cada ano, do nosso apego a tão altos valores, do nosso compromisso em torná–los, passo a passo, cada vez mais, incontroversa realidade, assim contribuindo, eficazmente, para engrandecer Portugal.

José Matos Correia: valeu a pena

Desejo. Os nossos objectivos são claros: queremos um País mais desenvolvido e mais justo, uma sociedade mais culta e mais solidária.

Lei. Aprovámos ontem nesta Assembleia um conjunto de decisões relacionadas com aquilo a que se convencionou chamar a reforma do sistema político. (...) Reformar o sistema político é, por natureza, uma tarefa inacabada. Há que resistir à ideia de que as decisões adoptadas num determinado momento se podem depois eternizar. Se as sociedades mudam também o sistema político tem de se saber adaptar.

Democracia. Não temos hoje em Portugal um problema de democracia. Mas temos ainda um problema de qualidade da democracia. Não apenas no domínio político, mas igualmente no plano económico e social. Por isso, melhorar a nossa democracia passa também por proporcionar às pessoas condições de vida cada vez mais favoráveis. Passa por dar às crianças e aos jovens perspectivas de futuro. Passa por estar atento aos problemas dos mais idosos. Passa por garantir a justiça social, acorrendo às necessidades dos mais necessitados e dos mais desprotegidos.

José Medeiros Ferreira: convocar a esperança

Liberdade. Ninguém nos pode cobrar a factura da nossa libertação. A liberdade que agora passa de geração em geração quer–se isenta de qualquer pecado original.

Revisionismo. São bem inquietantes para Portugal alguns sinais de revisionismo na cena mundial, desde a alteração do mapa político, inclusive na Europa, até à actuação sobranceira ao direito internacional por mais uma potência. Sobretudo essa conjugação entre as alterações do mapa político mundial e a sobranceria perante o direito internacional deve merecer o maior cuidado por parte da República Portuguesa no próximo futuro.

Desemprego. O aumento do desemprego nos últimos meses é impressionante e não é com o pomposo e inconstitucional Código de Trabalho que se resolverá esse problema. Nos últimos meses Portugal foi o país da EU que registou o maior aumento percentual de desempregados (2,4 pontos percentuais em relação ao mês homólogo de Fevereiro de

2002) e situa-se agora com uma taxa de desemprego de 6,7% segundo dados do Eurostat. Entre Março de 2002 e Março de 2003 passou de 339.662 para 421.058 desempregados inscritos. Quase cem mil desempregados num ano. Mas o investimento público e privado também cai não permitindo pensar que se trata de uma fase de reconversão passageira nas actividades económicas. A subida do desemprego e a queda do investimento são sombras nestas comemorações.

Futuro. Em relação ao futuro é preferível a agitação de uma democracia franca, inquieta e criadora à estagnação consensual sobre o presente. A amplidão do leque de divergências é mais rica para a qualidade da democracia de que uma justaposição de interesses.

João Almeida: geração da liberdade

Geração. Chega hoje a hora de dar voz nesta cerimónia a uma geração que nasceu depois de 1974, a geração da democracia, a geração da liberdade.

Política. É fundamental que se introduzam as novas tecnologias no exercício do direito de voto pelos cidadãos, é necessário que seja fomentado o ensino da Ciência Política nas nossas escolas para que os jovens saibam e percebem o que está em causa nas várias soluções políticas que lhes são propostas.

Ditadura. Hoje, quando comemoramos a nossa liberdade e a democracia, temos de levantar a nossa voz contra todas as ditaduras que continuam a resistir à consagração de um direito fundamental e universal do Homem que é o direito à liberdade.

Bruno Dias: combater o retrocesso

Combate. Os direitos conquistam-se e defendem-se, todos os dias - exercendo-se na prática, combatendo os ataques que lhes são dirigidos. Pois é esse combate que centenas de milhar de homens, de mulheres, e jovens, têm feito de Norte a Sul do País.

Atraso. O país precisa de inverter este atraso estrutural no seu sistema educativo, E é todo o país que tem a perder, quando se cava mais fundo o fosso das desigualdades no acesso à educação.

Luta. Estão lutando por Abril e pela Democracia todos aqueles que, nas ruas, nas empresas, nos seus postos de trabalho, combatem os retrocessos sociais e civilizacionais com que são confrontados - e de que é exemplo mais recente o Código do Trabalho, com uma matriz profundamente contrária aos direitos dos trabalhadores e aos princípios da Constituição da República.

Joana Amaral Dias: democracia pequenina

Desencanto. O mundo que temos, agora, é um que se contenta com uma democracia pequenina? Onde ao arrepio de todo o Direito Internacional e de muitas outras revoltas de cravos e pinheiros bravos, assistimos ao poderio político e bélico da única grande potência, hegemónica, arremessando sobre um país que sufocou durante décadas sobre um ditador, servindo a democracia sobre lápides tumulares, chacinando famílias e crianças, implodindo património, identidade, história e cultura, e negociando-se em milhões em cima e por baixo de mesas de cadáveres, escombros e muita, toa a sombra.

Volta atrás. Um Portugal que volta atrás, que se modernizou na fachada, mas deixou em putrefacção o recheio, como se de um cenário se tratasse - onde ainda grassa a fome, o analfabetismo, a doença. Onde fermenta o absentismo e o alheamento da participação política. Onde a garantia constitucional e fundamental de um serviço nacional de saúde e de democratização de ensino parecem ainda oásis ou por vezes apenas miragens... como se a saúde e a educação fossem tão só e apenas bens de consumo como quaisquer outros, podendo ser assim sujeitos a toa e qualquer regra de mercado neoliberal, privatizados, negociados, tornados em lucro.

Utopias. O mundo e o país a que temos direito é esse outro onde a data não resvala para uma efeméride oca e coquete, onde a política não é demissionista e os cidadãos normalizados, onde a luta, a esperança e a convicção pela liberdade se tece todos os dias, se renova todas as manhãs.

Heloísa Apolónia: cumprir a Constituição

Constituição. É preciso cumprir a Constituição de Abril e há tanto a fazer para atribuir e garantir qualidade da vida aos portugueses, que não se compreende como se dá prioridade àquilo que não está na base dos problemas dos cidadãos, como a reforma do sistema político ontem aprovada neste parlamento, a pretexto da necessidade de credibilizar a vida política, quando afinal os partidos que estiveram na base desta reforma é que a têm descredibilizado.

Desilusão. Como querem que os portugueses se sintam quando se promete a baixa de impostos em campanha eleitoral e logo depois das eleições afinal se aumentam os impostos? Ou quando condenam uma guerra absurda e vêem Portugal colado a essa guerra? Quando a riqueza é cada vez mais distribuída de forma desigual.■

Queremos a construção de um país moderno adaptado aos desafios do nosso tempo, onde a vontade de inovação e a competitividade, sejam estímulos constantes, mas onde se não perca a escala do humano

Vitor Crespo no Rossio

Sol a brilhar no horizo

A MANIFESTAÇÃO popular em Lisboa é um dos pontos altos das comemorações de Abril. Apesar da chuva, alguns milhares de pessoas desceram a Avenida da Liberdade e concentraram–no no Rossio para celebrar a liberdade e defender a paz. Antes de Vítor Crespo - cuja intervenção aqui se publica na íntegra - usaram da palavra a actriz Joana Manuel e Teresa Vilaverde Cabral.

Joana Manuel disse haver «muitas promessas de Abril que não se cumpriram». E identificou algumas que situou nos sectores da educação e da cultura. Criticou as desigualdades de acesso, de frequência e de sucesso de todos os jovens em todos os graus de ensino e lamentou a «sucessivas políticas de incoerência, de desleixo, de desrespeito» na cultura.

Teresa Vilaverde Cabral defendeu a paz e criticou a escalada de guerra ao Iraque. Exaltou o dom da vida com um bem sagrado e disse que em Portugal falta fazer muito «pela educação, pela ciência, pela arte, pela memória». E Teresa gritou: «falta não esquecer» os trabalhadores sem trabalho, as vítimas de escravatura sexual, os depósitos institucionais de crianças, os espaços de liberdade na comunicação social e um país sem criadores de arte que se arrisca a ficar um país sem memória.

Depois usou da palavra o almirante Vítor Crespo cuja comunicação se transcreve a seguir, na íntegra.

Camaradas e amigos
Homens e mulheres de Abril
Permitam-me que saúde em primeiro lugar a juventude aqui presente. Juventude que tendo vivido desde sempre a liberdade como quem respira, quis, apesar disso, assinalar a consciência que tem do seu valor, conferir um sentido de actualidade a esta nossa comemoração de Abril.

Não ensombraremos a alegria desta efeméride com memórias dum passado retrógrado e de opressão caído há vinte e nove anos.

Preferimos em vez disso, na sentida emoção com que evocamos o dia maior da nossa vida, porque também dia maior de milhões de portugueses, evocar a alegria imensa que galvanizou todo um povo. Lembrar a dignidade e civismo com que se assumiu a liberdade alcançada, direitos e deveres de cidadania.

Festejar a criatividade fervilhante, o dinamismo do movimento cívico e político então vivido. O imenso abraço que envolveu a revolução nascente.

Celebrar o fim da guerra colonial, a paz, a liberdade e a independência dos povos coloniais e o relacionamento estreito e duradouro que permitiu.

Comemorar o 25 de Abril é, sobretudo, festejar essa esperança imensa que soube suscitar em cada português na busca de um mundo melhor.

A democratização portuguesa, nascida de um movimento militar, foi exemplo e estímulo, precursora de uma tendência que marcou o último quartel do século e teve eco universal

Ainda na década de 70 ruíram a ditadura Grega e o regime de Franco na nossa vizinha Espanha. Um pouco por todo o mundo caíram ditaduras e totalitarismos, substituídos por Estados de direito, respeitadores das liberdades cívicas e do pluralismo político. Da América Latina e de algumas regiões da Ásia, o surto democratizador pluralista passou pela Europa Central e de Leste e teve consideráveis reflexos no continente africano.

Importantes acordos sobre a redução e a não disseminação de armamentos reduziram tensões e criaram um clima propício à via da negociação e do diálogo para a resolução dos diferendos internacionais.

A crescente atenção dada pelos estados às opiniões publicas trouxe para a agenda política a gravidade dos problemas ecológicos, as assimetrias do desenvolvimento, a importância da pobreza no mundo.

O diálogo Norte Sul, conversações e cimeiras sobre questões ambientais, sociais e económicas tornaram–se mais frequentes. Preocupações de cooperação e solidariedade ficaram mais nítidas O multilateralismo e as Nações Unidas conheceram particular dinamismo.

Foi, de facto, um período de assinaláveis progressos o que se seguiu ao 25 de Abril e que continuou a alimentar a nossa esperança num mundo melhor.

No plano interno apesar de alguma má imagem no desempenho da acção política, temos que concordar que a vida nacional decorreu com elevado grau de liberdade cívica e paz social, com notável estabilidade política e que a nossa vida democrática tem sido caracterizada pelo regular funcionamento das instituições.

São ainda de assinalar os extraordinários efeitos da integração na União Europeia, não só através dos inestimáveis apoios recebidos, mas principalmente por nos ter permitido a estimulante integração num grande espaço económico e político desenvolvido. Ele também, em muitos domínios, espaço de esperança num mundo melhor.

Não podemos ignorar no nosso percurso depois do 25 de Abril graves atrasos, como o da adequação do aparelho de estado às exigências da sociedade moderna, em particular na garantia do rápido e eficaz cumprimento das leis, os entraves ao funcionamento da economia e da vida social em geral, motivados pela inoperância do sistema judicial e das leis que o regem, e, em particular, a falta de estímulos e políticas conducentes à modernização do aparelho produtivo de modo a adaptá–lo aos desafios do nosso tempo.

Houve, nalguns sectores, importantes progressos tecnológicos e no acesso a novas tecnologias, mas devemos registar, sobretudo, os avanços da educação, da saúde, da segurança social, dos direitos dos trabalhadores, progressos que é essencial exigir que sejam mantidos.

Não tivemos desenvolvimentos económicos espectaculares, mas o crescimento situou–se geralmente acima da média da União Europeia. Crescimento que, conjuntamente

nte de Abril

com um baixo desemprego, inflação reduzida e quebra das taxas de juro, trouxe uma sensível melhoria das disponibilidades económicas das famílias. Teremos de reconhecer contudo que cresceu muito o grau de endividamento das famílias e que não se verificaram melhorias muito significativas na distribuição geográfica do rendimento. Esta é uma etapa de Abril muito longe de concretização.

No clima depressivo e pessimista em que temos sido forçados a viver no último ano, tudo parece ensombrado e posto em causa. O nosso atraso relativamente aos parceiros da Europa tem aumentado e sido sistematicamente atribuído a erros do anterior governo, confundindo preocupações sociais e de justiça, ou mesmo de progresso, com má governação, assacando culpas a liberdades e direitos de Abril. Mas se observarmos atentamente, a realidade da nossa evolução é bem diferente. O Índice de Desenvolvimento Humano foi o que cresceu à taxa mais elevado entre os 4 países da coesão no período 1975-2000. E se ainda nos situamos abaixo da Espanha e da Irlanda, tal não se deve a menor crescimento, mas sim, ao facto de termos partido com enorme atraso relativamente aos outros três estados. Nós não seremos confundidos. Nós que lutámos pelo 25 de Abril, não nos esquecemos da triste e penosa realidade em que vivíamos em 1974. O desenvolvimento e a melhoria de vida do nosso povo foi um dos objectivos cimeiros da nossa revolução. Sei que não conseguimos todos os nossos propósitos, mas não nos resignaremos quando estão ameaçados alguns dos maiores progressos alcançados.

Amigos,

Não tem sido favorável aos ideais de justiça e de progresso humano que defendemos a crescente tendência globalizante e neoliberal que tem dominado o mundo e as relações internacionais.

Nos últimos 20 anos, assistiu-se ao aprofundamento das desigualdades na distribuição do rendimento em todos os países, mesmo nos mais ricos e também entre os vários países. Os mais pobres estão a ficar cada vez mais longe dos mais ricos. E a razão desta variação acelera. Num futuro próximo vai ser superior aos actuais 80 por cento a percentagem dos que vivem abaixo do limiar de pobreza.

Acresce ainda que a globalização não trouxe melhoria geral no crescimento económico e com ela vieram: a proliferação dos armamentos, a degradação geral do ambiente no planeta, a propagação das doenças, o crime organizado, o crescente tráfico de droga e de seres humanos, a instabilidade dos sistemas financeiros e o agravar de muitos dos males que afligem a humanidade.

Sabemos como um reduzido número de países e organizações governam estas relações globais e, ainda mais, como as não governam, deixando que outros poderes as influenciem em proveito próprio.

Mas a globalização, com a crescente informação trouxe, além da injustiça e da miséria, a consciência delas. Hoje em todo o planeta se sabe como se vive nos países ricos, quais são as diferenças dentro deles. E, crescentemente, sabe-se também quais as razões que as determinam, e os mecanismos que as geram.

Um dos aspectos que imediatamente decorre desta consciência é a animosidade e revolta, com a consequente insegurança a nível interno e internacional.

O 11 de Setembro foi a flagrante afirmação dessa insegurança, e nós admitimos, com a condenação quase universal que tal crime mereceu, que melhoraria o governo e a justiça destas relações globais e com ela, também, a segurança.

Mas assistimos desiludidos à guerra do Afeganistão e agora, atónitos, à ilegítima, injusta e desnecessária guerra do Iraque, à afirmação de uma política neoliberal e dum poder unilateral, que parece não terem limite prático no plano interno, nem restrições internacionais. Regredimos a épocas imperiais.

A defesa de valores civilizacionais que ligam por tratado os dois lados do Atlântico, sofreu rudemente com esta viragem da História e com ela, também, a civilização que partilhamos.

Não podemos pensar que tal política possa ter continuidade num país fundado sobre valores de liberdade e de progresso, onde floresce a inteligência e o desenvolvimento científico.

Anima-nos a sua condenação, expressa pelos cidadãos livres de todo o mundo, incluindo cidadãos americanos. A força crescente das organizações não governamentais, a importância das Nações Unidas nas relações internacionais, o peso da livre circulação de ideias e de expressão de vontades que as novas tecnologias permitem. Anima-nos, enfim, a ideia de que a verdadeira expressão da vontade mundial orientada por ideais de justiça e de solidariedade possa garantir a governância desta globalização crescente e colocá-la ao serviço do desenvolvimento humano.

Nós somos homens e mulheres de Abril

Não podemos ficar simples espectadores na voragem de mudança do mundo que nos envolve. Nós somos homens e mulheres com valores afirmados e vontade demonstrada nesta já longa caminhada, cabe-nos denunciar estas injustiças e lutar por um futuro melhor.

Somos cidadãos conscientes, e interventores decididos, neste mundo onde a democracia representativa está cada vez mais distante de cada grupo concreto de pessoas e interesses.

Queremos a construção de um país moderno adaptado aos desafios do nosso tempo, onde a vontade de inovação e a competitividade, sejam estímulos constantes, mas onde se não perca a escala do humano.

Somos favoráveis a um desenvolvimento económico sustentado, base essencial de outros progressos sociais, sem perder de vista a qualidade de vida e a conservação ambiental, valores essenciais a preservar.

Preconizamos o desenvolvimento científico e tecnológico e a valorização humana em todos os seus domínios como devir do nosso progresso.

Queremos uma sociedade mais justa, onde cada homem possa construir os seus anseios de felicidade e realização, onde não haja desprotegidos, marginalizados ou excluídos.

Rejeitamos o ambiente cinzento e depressivo que nos rodeia e o retrocesso de etapas conseguidas. Temos valores e caminhamos com esperança. A esperança de poder construir em Portugal, com Portugal, um futuro de paz, solidariedade e progresso. Sol a brilhar no horizonte de Abril.

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal.■

Coimbra acolheu a A25A para a celebração nacional

COUBE à Delegação do Centro da A25A a organização das comemorações nacionais do vigésimo nono aniversário da Revolução dos Cravos. De Lisboa e de outros pontos da região deslocaram-se dezenas de associados para um reencontro de camaradas e amigos.

No final da tarde, no anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, decorreu a sessão solene presidida por Vasco Lourenço. Na mesa tomaram lugar Rui Alarcão e Fernando Góis Moço, respectivamente, presidente da mesa da Assembleia-geral e da Direcção da Delegação do Centro da A25A.

Manuela Cruzeiro, em representação do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra proferiu a «oração de sapiência» que, pela sua importância, reproduzimos na íntegra nas páginas seguintes.

Militares de Abril, camaradas e amigos, voltaram a reencontrar-se no ambiente fraterno dos claustros de uma unidade militar, semelhante a tantas outras onde a maioria serviu e deu o melhor de suas vidas

No final da cerimónia, os presentes visitaram a exposição «A Semana que Libertou Portugal» que esteve patente ao público até Maio.

Ao princípio da noite, teve lugar o jantar servido nas instalações da Brigada Ligeira Independente, cedidas amavelmente para o evento. O espaço não podia ter sido melhor. Militares de Abril, camaradas e amigos, voltaram a reencontrar-se no ambiente fraterno dos claustros de uma unidade militar, semelhante a tantas outras onde a maioria serviu e deu o melhor de suas vidas. Foram momentos de reencontro, de partilha e de memórias.

Ali se desfiaram recordações do passado, tornadas mais presentes numa realidade onde muitas delas estão ausentes. É a esperança do 25 de Abril que se adoça na circunstância de cada um e no colectivo dos grupos sociais, e se edifica no dia a dia na certeza de que a obra nunca estará acabada. Talvez por isso o desencanto que se adivinhava nas conversas de alguns dos presentes que, por serem todos da mesma geração, se interrogavam: a quem vamos nós passar este testemunho? ■

Sentimentos de solidariedade estiveram presentes na manifestação no Porto

Apesar da chuva muitas foram as pessoas que celebraram Abril na rua

Abril em alta densidade

MARIA MANUELA CRUZEIRO *

QUANDO, pelas 13 horas do dia 26 de Abril de 74, os militares do Posto de Comando da Pontinha, profundamente esgotados pelas emoções daquelas 48 horas decisivas, abandonam finalmente, com compreensível orgulho, mas também com alguma saudade, aquelas quatro paredes prefabricadas, é já um país diferente que os espera cá fora.

Era já o dia seguinte. Ou, mais poeticamente, o primeiro dia... do resto das nossas vidas...

Tivemos sorte. Como alguns milhões de portugueses que estavam vivos (não apenas fisicamente!) quando o 25 de Abril nos caiu do céu, como «divina surpresa» ou como «aquela madrugada que esperávamos...» para continuar na companhia dos poetas.

Ficou-nos a memória de um tempo de festa, de audácia, de alegria e entusiasmo sem limites, de um tempo activo e laborioso, em que a política (como a poesia) estava na rua, em casa, no emprego, na escola, na vida.

Ficou-nos a memória de um tempo sem relógios, mas com história, um tempo qualitativo, refém unicamente da nossa vontade e do muito que ela podia. E não sabia que podia.

Ficou-nos a memória de um tempo de vertigem, de imprevisibilidade e surpresa, um tempo luminoso, onde o que somos e o que desejamos ser se confundem, e quase coincidem.

Ficou-nos a memória de um tempo de decidir e de fazer, de combater e partilhar, de vencer rotinas e atrasos, porque mais do que de «conquista do poder», era de conquista de felicidade que se tratava.

Por isso, para nós que a vivemos, voltar à Revolução do 25 de Abril, e ao seu tempo, não é passadismo, mas antes de mais, um encontro com a nossa vida mais autêntica.

Mas é também um doloroso confronto entre o princípio dos afectos e das emoções e o princípio da realidade. Fiéis a essas memórias, para muitos «os dias mais felizes das nossas vidas», sentimos como défice irreparável, quer o ritualismo da sua comemoração no presente, quer as explicações científicas para o que se passou de facto em Portugal nos meses de brasa de 1974.

Da noção de «golpe militar clássico falhado e revolução clássica falhada» de António Reis, à noção de Boaventura de Sousa Santos de «curto-circuito histórico», passando pela de Medeiros Ferreira de «revolução imperfeita», sente-se a dificuldade em explicar aquela revolução concreta à luz de modelos testados e consagrados.

Aquela revolução que também tem sido vista como início de um novo ciclo de transformações sócio-políticas que, continuando em Espanha, foram até à Grécia, à América

Latina, aos países do Leste Europeu, chegando até à própria África do Sul. Ou ainda, como verdadeiro exemplo de «revolução contra-ciclo», última de uma série inaugurada com a queda das ditaduras fascistas e nazis na 2ª Guerra Mundial.

Mas aquela Revolução que fez de Portugal um verdadeiro laboratório de análises sociais e políticas, que atraiu e entusiasmou cidadãos anónimos de todo o mundo, jornalistas, sociólogos. escritores (Sartre, Ernest Mandel, Maurice Duverger, Cohn-Bendit, Graham Green, entre outros) foi a nossa Revolução.

E só nos reconhecemos nela, se as suas explicações não se ficarem pelos resultados, e avançarem na história dos meios e dos instrumentos, se não se ficarem nas estruturas, e avançarem nas acções criativas e espontâneas de sujeitos individuais e colectivos. E ainda mais: se nas acções conseguirem incluir tanto a sua inteligibilidade efectual, como as promessas, os desejos, os sonhos e as utopias.

Enfim, se não se vir aquela revolução, a nossa revolução, como um todo (fracassado ou vitorioso) mas antes como um sucedâneo de situações revolucionárias que se acumulam (ou não), proporcionando (ou não) saídas revolucionárias.

Assim se concluirá que na revolução houve muitas revoluções, que num só tempo, houve uma multiplicidade de tempos. E que esses tempos não se podem encolher tanto, que caibam numa memória colectiva hegemónica e mistificadora.

Entre o momento de ruptura que foi a revolução, e a normalidade democrática que a memória colectiva promove, muita coisa aconteceu que, não sendo matéria de consenso institucional (académico ou outro), não pode deixar de ser matéria de conhecimento, de reflexão, de memória. Descobrir porque nasceram e como morreram tantos e tão ambiciosos projectos de verdadeira mudança é perceber que, apesar de vencidos, eles não são por isso menos importantes para o conhecimento do que somos como povo, neste início de século de tão incertas e sombrias promessas.

Afirmou Lídia Jorge que «as datas célebres só passam a cristais de cronologia quando deixam de desencadear emoções. O mesmo é dizer, quando já é impossível em seu torno recriar a história intima e pessoal.»

Entre o momento de rompimento, de conflito, de instabilidade que foi o 25 de Abril de 1974 e o momento de estabilidade que é a sua comemoração pela democracia que temos, há um hiato, um corte, durante o qual gerimos mal o imenso capital simbólico, a imensa energia colectiva, desencadeados pelo momento revolucionário, limitando-nos a valorizar a conquista da democracia e da liberdade que

Abril em alta densidade

nos subtraiu à humilhação, ao isolamento e à condenação dos povos.

Delapidámos com excessivo à vontade, e alguma leviandade, o incomparável património de uma revolução exemplar, sem dar tempo a que se construísse uma *contra-imagem* nacional suficientemente consistente, que se opusesse à imagem laboriosamente construída pelo salazarismo, ao longo de 48 anos.

Apressadamente quisemos entrar na idade adulta da democracia, imitando mais do que construindo. Importando mais do que produzindo. E não falo apenas de economia.

Valorizámos acima de tudo a continuidade e não a ruptura. A ideia, tantas vezes repetida, de que encerrámos um ciclo histórico, «o ciclo do império», paradoxalmente não foi suficientemente forte para desencadear energias colectivas de mudança e transformação radical.

Atravessámos todos estes anos enquadrando mal o excesso de sonho na apertada rigidez do figurino institucional.

Como se o país que fez uma revolução que o colocou no coração do mundo, e na primeira página dos jornais, adormecesse à sombra dos louros, e, com o seu proverbial descaso, deixasse que as exaltantes e inadiáveis tarefas colectivas em que se lançou, estiolassem, vergadas ao peso da decepção, do desencanto e da indiferença.

Com a estranha sensação de que nos antecipámos à própria história, cumprindo pressurosos o seus desígnios – A morte da Revolução – mesmo antes de a ter vivido até ao fim.

Com o indisfarçável sentimento de débito a ensombrar as vozes da comemoração, como se antes de exéquias se tratasse.

Sabemos que comemorar é sempre reconstruir, silenciando algumas verdades, para mais eloquentes e incisivas serem outras. Há como que um sábia organização da memória e do esquecimento, de acordo com determinados pressupostos ideológicos e políticos. Por isso se diz que só se comemora o presente, ou mais precisamente, aquilo que do passado interessa ao presente. Neutralizando as contradições históricas, a comemoração unifica, organiza, e hierarquiza várias memórias em concorrência. Compreende-se assim, que comemorar qualquer evento do passado vise gerar os mais amplos consensos. Só se comemora o que serve para unir a comunidade, iludindo conflitos e diferenças.

A democracia nascida em Abril, não pôde ou não soube encontrar forma adequada de se comemorar através de uma imagem radicalmente nova e diferente

Em resumo: comemoram-se sempre conquistas e nunca derrotas. Pela comemoração a unidade nacional construída encontra um sentido retrospectivo ou prospectivo.

E sabemos também que a democracia dificilmente encontra formas adequadas de se comemorar a si mesma, sem, de certa forma, se contrariar, ao contrário dos regimes totalitários, que «são estruturas imensas, esmagadoras, que exercem uma influência quase mágica sobre as pessoas, e tendem a ignorar os interesses individuais», como nos diz Rafael Patai.

Valorizando acima de tudo o indivíduo, a sua liberdade de opinião e expressão, os seus direitos inalienáveis, a democracia violenta-se e empobrece-se ao tentar impor consensos. A ideologia do consenso é, no essencial, anti-democrática. Democrático é o conflito de interesses e valores, onde tão importante é a obtenção de maiorias, como os direitos das minorias.

A democracia nascida em Abril, não pôde ou não soube encontrar forma adequada de se comemorar através de uma imagem radicalmente nova e diferente.

Oscila assim entre momentos de baixa densidade simbólica, traduzidos num consensualismo anódino e pacificador, e momentos de alta densidade, como as grandes datas de um passado glorioso de séculos.

Nos primeiros se inscreve a desvalorização do momento revolucionário no que encerra de extraordinário, de único, de insubstituível, para valorizar o seu termo. Desvaloriza-se o modo, sacrificando-o aos fins. No limite, a revolução é um interregno, (quando não um contratempo) e com ela ou sem ela, estaríamos hoje exactamente onde estamos. São, no dizer de Boaventura de Sousa Santos, «as versões revistas e actualizadas que proclamam que, ao criar condições para o regime democrático, que entretanto se consolidou, o 25 de Abril ter-se-á extinguido».

Versões revistas e actualizadas, com considerável eco em alguns cultores de uma «história-ficção» do Portugal sem Abril, como processo de «liberalização» iniciado ainda no interior do antigo regime, de que o chamado marcelismo foi, ao mesmo tempo, o impasse e a caricatura.

Assim se compara o 25 de Abril à tão glosada transição democrática em Espanha que, não esqueçamos, se inspirou na nossa revolução.

O poder político que uma determinada geração da chamada «Ala Liberal» ou próxima, vem a adquirir depois da estabilidade institucional, favorece a tese da «verdadeira revolução na continuidade».

Mas importa recordar aos *amnesiólogos* da história que não foi Marcelo, nem a mais liberal das suas alas, que fez o 25 de Abril, que ele trouxe uma imensidão de outras possibilidades e de outras realidades.

Alfredo Cunh

Nas comemorações de baixa densidade, tipificadas no ritual do feriado, do dia da Liberdade, cabem todas as vozes dos que banalizam o acontecimento, e cabem até as dos que comemoram Abril para esquecer Abril, ou, pelo menos, para o fazer recuar no tempo, e encerrar num passado anacrónico e definitivo.

Mas há ainda as comemorações de alta densidade, que ambicionam colocar Abril, na galeria das glórias nacionais, como momento alto só comparável ao que de melhor conseguimos no passado. Mas também aqui se descaracteriza e dilui a verdade da revolução, através de uma reciclagem narcísica e devoradora, num regresso à velha mitologia descobridora. A mitologia do antigo Portugal nostálgico de si mesmo como império.

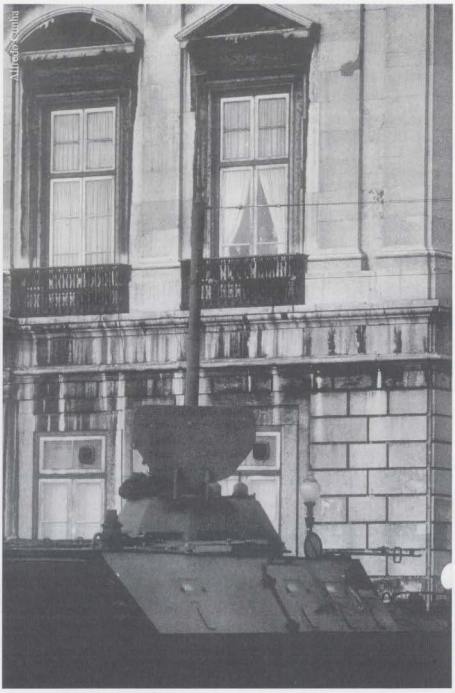
É assim com episódios como a Expo 98 ou mesmo a mobilização nacional por Timor. Pelo enorme investimento de orgulho e de auto–estima nacional, de verdadeira euforia identitária, aparecem–nos com dignidade semelhante a esses momentos de excepção, sendo mesmo por muitos considerados, *um novo 25 de Abril*.

Nas comemorações de baixa densidade, tipificadas no ritual do feriado, do dia da Liberdade, cabem todas as vozes do que banalizam o acontecimento, e cabem até as dos que comemoram Abril para esquecer Abril, ou, pelo menos, para o fazer recuar no tempo

Como se, de repente, num assomo de brio e orgulho, quase quixotescos, acordássemos para dar uma outra lição ao mundo. Mas, como insistentemente nos vem recordando Eduardo Lourenço: «Esta contra–imagem confiscou definitivamente o potencial revolucionário e reciclou-o, empenhada em ressuscitar de maneira onírica ou lúdica o nosso império perdido que, tantos anos após Abril, continuava como recalcado ou impensado núcleo mítico do imaginário nacional».

Na verdade, o que celebrámos nessa verdadeira epopeia pós–moderna que a Expo 98 quis ser, onde *Os Lusíadas* se liam do alto de uma torre panorâmica com base em fantásticos meios audiovisuais e as viagens dos grandes navegadores se faziam frente a um computador?

O que celebrámos foi um passado–futuro, nunca um presente, em que perdido o império, nos restava ainda a imensidão dos oceanos para afogar mágoas e resgatar velhos tesouros. Sob o signo dos Oceanos mais não comemorámos do que o encontro de culturas, versão revista e actualizada das descobertas, que trazem no bojo o colonialismo, e que, convenhamos, nada têm a ver com o 25 de Abril.


Alfredo Cunha

Assim, entre momentos de baixa e de alta densidade vimos repetindo comportamentos, cumprindo um destino, ou, em linguagem psicanalítica, cumprindo o *ciclo labirintico das polarizações esquizofrénicas*, oscilando entre depressão e euforia. O mórbido complexo de inferioridade, a transmutar-se no seu contrário. Ou os melhores... ou os piores.

Segurança subjectiva ainda e sempre ancorada num passado glorioso (o que somos por ter sido) e fragilidade objectiva (o que não conseguimos ser) coexistem lado a lado na sociedade de hoje (de sempre?) produzindo um vago e difuso sentimento muito próximo da resignação.

Não vale a pena... ou tudo vale a pena... para voltar aos poetas...

Não deixa de ser sintomático que o Presidente da República tenha escolhido como mote das comemorações dos 29 anos da revolução justamente *a avaliação da nossa auto–estima*. Teremos então que regressar de novo ao divã, como sugere o título de uma luxuosa revista cuja capa exibe, em jeito de provocação, um galo de Barcelos congelado? Para um exame sem complacências do que verdadeiramente somos e queremos? Não esqueçamos que, apenso ao desafio do Presidente vem uma pergunta indutora: *O que é que os portugueses fazem bem*?

Compreende-se: estamos em depressão e arrefecimento económico e a auto-estima não é imune à economia, como nada o é. Mas não seria mais correcto perguntar: *O que é que os portugueses fazem bem, e o que é que eles fazem mal*?

É que, na lógica bipolar em que nos movemos, do tudo ou nada, ao momento da

Abril em alta densidade

auto-consolação, há-de suceder o da autoflagelação. Ambas iludindo, ou adiando a necessária e urgente autognose.

Foi Adolfo Casais Monteiro que disse sobre nós esta frase lapidar: «O português não é nada inclinado ao conhecimento de si próprio. Gosta muito de falar de si, mas daí a conhecer-se vão mundos.»

Este falar de si, disperso, fragmentário, distraído, é quase sempre a outra face de um silêncio que se quer preservar. Esse gosto exagerado pelo falar de si, paradoxalmente produz e potencia um *autodesconhecimento*, feito de imagens irrealistas e até delirantes.

A nossa sociedade está cheia de ruído tagarela e de pesados silêncios. Talvez uma conversa franca, cordial e adulta de Portugal consigo mesmo seja o que nos está a faltar. Sem os lances de uma dramaturgia megalómana pré-moderna, nem as alucinações de uma rave pós-moderna, sempre breves, sempre excessivas e artificiais, porque em ambas continuamos a fazer de espectadores de nós próprios,

Portugal não está exactamente em tempo de «apagada e vil tristeza» nem no «nevoeiro apocalíptico» da Mensagem (...) (...) A tristeza é que o puro jogo partidário tenha esvaziado a vida política dos seus legítimos objectivos

de certa forma ausentes de nós mesmos, descentrados. Gozamos essa euforia, mas não a somos. Festejamo-nos a nós mesmos, mas em função de nada.

Romper essa visão dicotómica e descentrada, substituir essa lógica da exclusão pela lógica da inclusão, a antítese do *ou/ou*, pela síntese sempre precária e imperfeita do *e/e*, talvez seja o primeiro passo para encontrarmos e nos encontrarmos num projecto, numa *ideia*. Uma *ideia*, não um *destino* e muito menos uma *missão*. «Falta aqui uma grande ideia, ó Pascoaes!»

Uma ideia construída sobre um autoconhecimento tenaz e imaginativo da nossa realidade actual (efectiva e não sonhada) das suas rupturas e continuidades, das suas mudanças e rotinas, da sua especificidade. Que não pode contentar-se, nem muito menos confundir-se, com o que vemos: uma vida cívica marcada pelo cinismo, pela corrupção e pela cobardia, uma vida política vazia de princípios e dominada pelo clientelismo, um confrangedor défice de cidadania, enfim, uma sociedade moldada justamente pelo vazio de ideias, de que o Centrismo (ou o centrão) político é a mais visível expressão. A caricatura grotesca do 25 de Abril na sua versão mínima: uma democracia ocidental.

Portugal não está exactamente em tempo de «apagada e vil tristeza» nem no «nevoeiro apocalíptico» da Mensagem.

Por isso, a tristeza da nossa democracia actual não são as eleições e os partidos, que as comemorações a baixa densidade consagram. A tristeza é que o puro jogo partidário tenha esvaziado a vida política dos seus legítimos objectivos e, com base em meras aritméticas eleitorais, se acentuem injustiças e desigualdades, quebrando solidariedades.

A tristeza da nossa democracia não é a modernização da economia. A tristeza é que ela se queira impor através de um fundamentalismo neoliberal em verdadeira cruzada contra os trabalhadores, com um Código de Trabalho que entra em claro confronto com os valores fundamentais da nossa Constituição, do Direito Internacional e Comunitário, configurando um clamoroso processo de regressão social. O maior atentado de sempre ao 25 de Abril, como já foi classificado.

A tristeza da nossa democracia não é um país livre como o nosso, elevado a parceiro credível na comunidade internacional, mercê do 25 de Abril, poder definir as suas alianças. É a de, em nome dessas alianças apoiar a agressão e a ocupação de um país, contrariando de novo o respeito pelos princípios do direito internacional e das Nações Unidas, que lhe impõe a Constituição, apoiando a instauração de uma nova ordem mundial baseada na força e na barbárie.

A tristeza da nossa democracia não está em Portugal ter consagrado como objectivo prioritário da sua política externa, a opção eu-

ropeia, mas em o governo português ter colaborado naquilo que Manuel Alegre justamente denunciou como «a mais completa inversão do sentido histórico da nossa democracia e do reencontro de Portugal com a velha Europa, a que pertence, e cuja construção foi definida e sufragada como sendo um desígnio nacional».

A tristeza da normalização é ver umas Forças Armadas que há 29 anos, e em defesa da paz, acharam que há momentos em que a única solução é desobedecer, obedecerem tão cegamente aos novos senhores da guerra, mesmo se por interpostos, mesmo se o seu comandante supremo decidiu mantê–las fora do conflito militar.

A verdade é que as prestações mediáticas de militares no activo, uniformizados, mais não foram do que aquilo que Pezarat Correia lucidamente e corajosamente classificou de «*briefings* de estados–maiores, fazendo pontos de situação da actividade operacional de uma das partes no conflito. Funcionando como antenas em Portugal, do posto de comando no Qatar.» O que o leva a concluir: «Perante a passividade do comandante–chefe das forças, e com a colaboração das hierarquias, o Governo envolveu as F.A. portuguesas na guerra de agressão contra o Iraque.»

A tristeza da normalização é assistir ao despudor com que se banaliza o 25 de Abril, como sua matriz fundadora, nas atabalhoadas e impressivas análises de jovens (ou não tanto) comentadores, que não hesitam em comparar a operação *Choque e Pavor* com a nossa libertação de há 29 anos. Ou a insuportável e vulgar imbecilidade com que simulam excitantes jogos de guerra com as miniaturas do fantástico arsenal do «eixo do bem». Ao mesmo tempo que o seu representante máximo, um *cowboy* texano, entre missas e momentos de recolhidas leituras bíblicas, joga póquer com um baralho viciado, feito com as cartas dos iraquianos já apanhados, guardando sempre na manga o trunfo imbatível, o *jocker* do 11 de Setembro.

A maior e mais gritante é que entregamos nas mão dos que elegemos demasiados poderes, e estamos a usar de pouca ou nenhuma exigência na avaliação dos seus actos, esquecendo-nos da advertência de José Saramago, nos 20 anos da Revolução: «A democracia, sendo o melhor dos sistemas, concilia-se demasiado facilmente com o paradoxo de nela, por ela e com ela, se poder fazer democraticamente, aquilo que, de democrático nada tem.»

A tristeza da nossa democracia é, pois, a dos seus limites, vulgaridades e perversões. E a lição de Abril é todo um programa de exigência, de uma democracia permanente, interactiva, solidária.

Termino esta minha intervenção como comecei: invocando os militares de Abril. Todos esses rostos de um herói colectivo - o Movimento das Forças Armadas - que nos restituíram a dignidade e a esperança no dia 25 de Abril de 74. O que é feito dos Capitães de Abril? O que lhes aconteceu nestes 29 anos?

«Discretos, honrados, remeteram–se aos seus círculos pessoais, prescindindo da intervenção mas não da memória. Aceitando o silêncio, mas não a injustiça, e muito menos a humilhação. Todos os anos, pela primavera, emergem, cravos nas botoeiras, orgulho nos olhares. Mais velhos, mais indestrutíveis.» Assim os recordava Pedro Rolo Duarte já lá vão dez anos. É cada vez mais assim que os vemos.

«A democracia, sendo o melhor dos sistemas, concilia-se demasiado facilmente com o paradoxo de nela, por ela e com ela, se poder fazer democraticamente, aquilo que, de democrático nada tem.»

É assim que permanecerão como protagonistas de um dos episódios mais exaltantes da nossa história.

A dívida para com eles, tem juros elevadíssimos, que aumentam por cada ano que passa. E é, só por si, uma prova das mais gritantes e injustas, da fragilidade do nosso regime democrático. É que esses homens não tiveram, quer da parte da instituição militar, de que fazem parte com inquestionáveis provas de competência profissional, quer da sociedade civil, o aplauso e o respeito que lhes é devido.

Porque não há nada pior do que o esquecimento e a indiferença. Passado o período áureo e fugaz dos seus dias de glória, passaram rapidamente de heróis a simples cidadãos, ou mais precisamente a «cidadãos de segunda» uma vez que a sua participação no 25 de Abril afectou decisivamente a sua vida profissional. A maior parte (a quase totalidade) passou à reserva, depois de ver bloqueada a sua progressão na carreira. São os «implicados no 25 de Abril» na amarga ironia do saudoso Salgueiro Maia, o mais perseguido e marginalizado de todos, em vida, o mais consagrado, com inquietante unanimismo, depois da morte.

Enfeitemos, pois, a liberdade e a democracia, com cravos e belas palavras, mas tenhamos também a coragem de verificar que a primeira e mais paradoxal contradição dessa mesma democracia é o tratamento inadmissível e indigno, concedido a quem nos ofereceu um país inteiro para fazer de novo. Tentar mudá–lo, com a firmeza e determinação que eles reiteram, passados 29 anos, na mensagem do seu representante e presidente da sua/nossa Associação, Vasco Lourenço, é a única forma de utilizar hoje, a sorte que tivemos ontem.■

** Em representação do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.*

Comemorações no Porto

O PROGRAMA comemorativo do vigésimo nono aniversário da Revolução dos Cravos iniciou-se na tarde do dia 24 de Abril com a abertura de um pavilhão da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril, instalado na Praça da Liberdade.

Tendo como fundamento a ideia de uma pedagogia cívica, dado que a efeméride se associa à defesa dos direitos dos cidadãos, esta iniciativa da delegação resultou de proposta aprovada na última assembleia regional. Além dos cartazes, dos livros, dos autocolantes, das medalhas e de outro material de referência ou de celebração do 25 de Abril, foi a memória viva da revolução que esteve patente através da presença dos militares de Abril que por lá passaram.

Um vasto leque de organizações constituíram a Comissão Dinamizadora das Comemorações Populares de 2003: Delegação do Norte da A25A, Associação dos Deficientes das Forças Armadas, União dos Resistentes Antifascistas, Associação das Colectividades do Concelho do Porto, Federação das Colectividades do Distrito do Porto, União dos Sindicatos do Porto, APRIL, FITEI, Orfeão do Porto, Clube dos Fenianos Portuenses, Cineclube do Porto, Jornal Universitário do Porto, Gesto, Universidade Popular do Porto e Movimento pela Paz. O cartaz comemorativo, da autoria do nosso dirigente Renato Soeiro, divulgou o lema que agregou o conjunto das organizações: *Paz, Democracia e Justiça Social*.

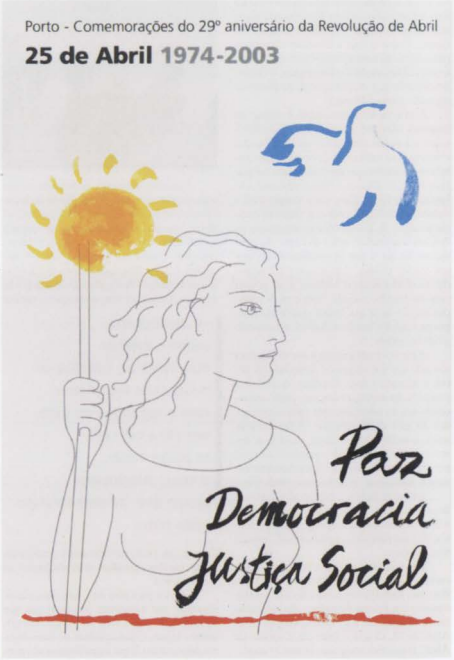
Como é tradicional, na noite de 24 de Abril a festa teve lugar no centro da cidade. Este ano houve teatro, poesia e música no espectáculo nocturno que contou com a participação de Júlio Couto e com a música de intervenção de Rui David e de Francisco Fanhais. A interpretação da canção que fez sair à rua a revolução, «Grândola, Vila Morena», esteve a cargo do Coral de Letras.

No dia 25 de Abril, antecedendo o desfile cívico e junto ao edifício do actual Museu Militar, que foi sede da extinta PIDE–DGS, teve lugar uma cerimónia de homenagem aos resistentes antifascistas.

Pouco depois das quinze horas iniciou-se o desfile que, apesar das condições atmosféricas desfavoráveis, foi integrado por milhares de manifestantes e percorreu as ruas da cidade, desde a Praça Soares dos Reis à Praça da Liberdade.

A festa popular comemorativa da Revolução dos Cravos abriu com a actuação da Banda da Região Militar do Norte. Seguiu-se um variado programa de animação cultural pelas colectividades do Porto. A festa prosseguiu com a música dos conjuntos «Lendas e Mitos» e «Ó da Gaita». A comunicação do presidente da Delegação do Norte da A25A introduziu um momento de reflexão sobre o valor da liberdade e da democracia e deu a conhecer o conteúdo da mensagem nacional da Association 25 de Abril.■

O sentido obrigatório do cravo recoloca os genuínos valores de Abril



Jorge Sampaio apreciou o trabalho do artista José Aurélio

Vasco Lourenço ofereceu uma lembrança ao Presidente da República

José Aurélio expôs na sede da A25A

ESCULTURA e medalhística de José Aurélio estiveram patentes na sede da Associação 25 de Abril, em Lisboa, de 1 a 30 de Abril. A exposição foi inaugurada pelo Presidente da República que percorreu demoradamente o Fórum e recebeu do autor explicações sobre as diferentes peças.

Com a sua presença, Jorge Sampaio quis honrar um artista de Abril e o trabalho por ele realizado ao longo de 29 anos, sempre inspirado nos ideais dos capitães dos cravos. Na ocasião, e a assinalar mais uma presença do Presidente da República na Casa de Abril, o presidente da A25A, Vasco Lourenço, ofereceu a Jorge Sampaio uma medalha comemorativa.

José Aurélio nasceu em Alcobaça em 1938. Fez o curso de Escultura da ESBAL e não mais deixou de criar. «Semear a liberdade é aquilo que o escultor José Aurélio tem feito ao longo da vida através da sua obra. Semear aos poucos, sem se dar por isso, aqui e ali, no monumento que nos obriga a olhar para o alto ou na peça que fica pousada na mão à espera que deixemos de sentir o seu peso, a sua forma, o seu desenho». Semear para que cresça num lugar qualquer e dê frutos mais tarde.■

«Experiências de Abril» na Escadote Cultural

HENRIQUE TIGO

NO PASSADO dia 6 de Junho de 2003, realizou-se no Museu da República e Resistência uma exposição colectiva de pintura, escultura e joalharia, assim como um debate sobre o tema: «Experiências de Abril» que contou com a presença do coronel Moreira Azevedo, representando a Associação 25 de Abril, coronel Manuel A. Bernardo, presidente da AEC, prof. Henrique Tigo e o dr. José Paulo representando a C.M.L.

Para muitos, pode parecer estranho realizar novamente uma exposição da Associação Escadote Cultural sobre o 25 de Abril de 1974. De facto, a Associação Escadote Cultural e os seus artistas identificam-se com todos os valores que presidiram à génese e ao desencadeamento esperançoso do 25 de Abril, cujos objectivos estratégicos e pragmáticos, todavia, ainda não foram totalmente cumpridos - é um processo contínuo e urgente para não defraudar todos quantos acreditaram num mundo português e global, que ainda não foi possível construir. E como o Povo diz, o Natal é sempre que um homem quiser.

Parafraseando a expressão, eu diria que o Dia da Liberdade é sempre que nós quisermos, o que não dispensa que tenha de ser periodicamente lembrado.

Quero terminar com o nosso sentido muitíssimo obrigado e aquele abraço fraterno e amigo a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para o 25 de Abril de 1974.■

Festa Jovem

INTEGRADA nas comemorações oficiais do 29.º aniversário do 25 de Abril, realizou-se no passado dia 12 de Abril, no Complexo Municipal de Desportos «Cidade de Almada», a 9.ª edição da Festa Jovem.

Participaram cerca de mil crianças do escalão etário dos 6 aos 12 anos e, também, como é hábito, algumas classes mais avançadas com o fito de servirem de estímulo aos pequenos praticantes no prosseguimento da sua actividade gímnica.

Além do público que encheu o pavilhão, estiveram presentes responsáveis das entidades organizadoras, o dr. Mário Paiva, em representação da Instituto Nacional do Desporto e o comandante Vicente de Moura, presidente do Comité Olímpico de Portugal. ■

Entusiasmo em Toronto

Pita Alves, representante da A25A, recebeu uma lembrança de Joel da Naia

ARTUR PITA ALVES

PARA UM «CAPITÃO de Abril», comemorar um aniversário da Revolução dos Cravos longe dos locais onde se conspirou, onde se lutou e se derrubou a velha ditadura, é deveras muito gratificante.

E foi gratificante constatar que, bem longe do solo pátrio, há um punhado de portugueses que sentem e não esquecem as portas que Abril abriu a Portugal e ao mundo, e que, ano após ano, não perdem o entusiasmo para comemorar com brilho o 25 de Abril.

É de toda a justiça realçar e louvar a Delegação da A25A em Toronto, Núcleo Cap. Salgueiro Maia, pela persistência, dinamismo, empenhamento e qualidade das comemorações que tem sabido organizar, e pelo esforço que tem desenvolvido na divulgação, junto da comunidade portuguesa, da grande revolução nas mentalidades e no desenvolvimento cultural, económico e social que a Liberdade reconquistada em 25 de Abril de 1974 provocou.

Foi uma semana inesquecível, sempre em actividade, com visitas turísticas, com entrevistas a todas as emissoras de TV e rádio que emitem em português, bem como a alguns dos jornais da nossa comunidade.

Para além do Boletim editado pela delegação da A25A, todo ele dedicado ao 29º. Aniversário, muito bem impresso, com óptimo grafismo, e distribuído gratuitamente na «Portugal Village», foi agradável ver os semanários *O Milénio* e o *Nove Ilhas* dedicarem muitas das suas páginas a «25 de Abril Sempre» e com o cravo vermelho em destaque nas primeiras páginas.

A convite do vereador luso descendente Mário Silva, tive uma amistosa e agradável recepção na Câmara Municipal, com a afável colaboração da sua adjunta Ana Bailão, precisamente no dia e momento em que, ali, o Governo do Ontário dava uma conferência de imprensa sobre o evoluir da fatídica pneumonia atípica.

Acolhedoras foram as recepções das associações de portugueses Casa do Alentejo, Casa das Beiras (a Direcção proporcionou–me um óptimo jantar de veado) e Casa dos Açores. Acolhedor foi também o jantar do dia 24 na Associação Democrática, com umas dezenas de presenças, após o que se seguiram intervenções do seu presidente da Direcção, Arnaldo Barbosa, de mim próprio, e um aceso debate focando a situação política em Portugal, rejeitando a guerra no Iraque e reafirmando o espírito do 25 de Abril e a sua luta pela paz. No final, a presidente da Assembleia Geral, Marília Santos, ofereceu–me um belo livro para a nossa associação. No dia 25, a Associação Democrática e a Casa do Alentejo levaram a efeito, em separado, jantares comemorativos do 25 de Abril.

Foi uma semana inesquecível com entrevistas a todas as emissoras de TV e rádio que emitem em português

Também no dia 25, a delegação da A25A celebrou a efeméride com um jantar numa bela e ampla sala, com uma participação superior a 130 pessoas, onde se viam alguns jovens, os membros das direcções anteriores da Delegação e outras ilustres personalidades.

Após o repasto, a Banda do Senhor Santo Cristo tocou os Hinos do Canadá e de Portugal, seguindo-se os discursos de Joel da Naia, presidente da Assembleia Geral da delegação, do vereador Mário Silva, do cônsul geral de Portugal, João Perestrello, e do embaixador de Angola Miguel N'Zau Puna. Coube-me encerrar a sessão e responder às inúmeras questões levantadas sobre atropelos à democracia em Portugal, à ilegitimidade da guerra ao Iraque e sobre a falta de apoio do nosso país às comunidades emigrantes. Cada um dos membros dos órgãos sociais do Núcleo Cap. Salgueiro Maia teve a amabilidade de me presentear com uma lembrança, o que muito me sensibilizou.

De seguida, Hélder Pereira subiu ao palco para tocar a Grândola Vila Morena, que todos os convivas cantaram de pé e a plenos pulmões. E, durante mais de uma hora, o Helder interpretou as nossas mais conhecidas músicas de intervenção, com destaque para as do Zeca. Foi uma noite vibrante, em que o espírito da revolução dos cravos se exaltou e se transmitiu aos jovens presentes.

E tenho que terminar. Mas, é forçoso referir e realçar a simpatia e o carinho inexcedíveis como fui recebido e tratado pela delegação da nossa associação, com sacrifícios profissionais e familiares evidentes. Cumpre-me destacar o Joel da Naia, o incansável e principal artífice destas comemorações Carlos Morgadinho (presidente da Direcção), a perspicácia e jovialidade da Joaquina Miranda (vice–presidente), a amabilidade do Rogério Vieira (Conselho Fiscal), a simpatia e disponibilidade do Silvino Nazaré (tesoureiro), a alegria da Lurdes Oliveira (secretária) e a dedicação e o entusiasmo do sócio honorário Mário Lebre.

Para mim, foi uma semana em cheio! ■

Uma festa no Luxemburgo

CARLOS FRIAS BARATA

À SEMELHANÇA de anos anteriores, a Associação Les Amis du 25 Avril, sediada no Luxemburgo, levou a cabo as comemorações do 25 de Abril de 1974.

A fim de participar nessas comemorações foi a A25A convidada a fazer–se representar, tendo a Direcção solicitado para ali me deslocar, o que aceitei com muita honra.

Do programa saliento a realização duma muito bem organizada exposição, subordinada ao tema «O 25 de Abril visto pela Imprensa» (Portuguesa e Luxemburguesa), que documenta, de modo exemplar e muito pedagógico, os acontecimentos do próprio dia e dos tempos subsequentes.

Foi nesse espaço e no dia 25 de Abril que teve lugar uma conferência–debate cujo tema foi «Cidadania e Liberdade». Introduzido o tema, coube–me o seu desenvolvimento. Seguiu–se o debate, tendo neste espaço sido manifestado muito interesse por parte da assembleia ali presente, através da colocação de inúmeras questões amplamente discutidas. O entusiasmo dos participantes extravasou o tema, como era natural, tendo–se igualmente abordado a génese do 25 de Abril, bem como as etapas da construção do Estado democrático que se lhe seguiram. Saliento o empenho da organização, o entusiasmo e participação calorosa da assistência, o que permite classificar o evento de raro, na medida em que muito foi debatido e esclarecido.

Outro ponto alto das comemorações foi o jantar no dia 26, onde várias personalidades estiveram presentes, e das quais saliento: John Castegnaro, presidente da OGB.L (confederação sindical do Luxemburgo); Manuel Bento, presidente da associação «Les Amis du 25 Abril»; o cônsul de Portugal no Luxemburgo, dr. Miguel Faria de Carvalho; dra. Alcina Ventura, conselheira social da Embaixada Portuguesa, e Luís Gaivão, director do Instituto Camões no Luxemburgo.

Amigos do 25 de Abril fizeram «cidadania e liberdade» no Luxemburgo

Muito me sensibilizou o elevado número de Portugueses que fizeram questão de celebrar a data. Usaram da palavra o presidente dos «Amis du 25 Avril», Manuel Bento, John Castegnaro e eu próprio. Após estas intervenções, vários participantes quiseram colocar questões e o jantar acabou por ter uma saudável tónica de jantar–debate que, a meu ver, foi muito útil, dado o entusiasmo, curiosidade e interesse das intervenções.

Quero agradecer a todos a forma amigável e carinhosa com me receberam pessoalmente, e sobretudo na qualidade de Capitão de Abril e representante da Associação 25 de Abril.

Por fim o meu abraço de gratidão a Eduardo Dias, pela forma incansável como me acompanhou em todas as circunstâncias.

Os meus sinceros parabéns à organização das comemorações e a todos os que nelas participaram. Os meus votos de sucesso nas suas vidas pessoais e, por fim, a todos os Portugueses que no Luxemburgo vivem, trabalham e estudam. ■

Gijón celebrou Abril

APRÍGIO RAMALHO

A CONVITE da Área Ibérica, deslocou–se a Gijón, em representação da A25A, o vogal da Direcção Aprígio Ramalho.

A Área Ibérica é uma associação com sede em Gijón, que se reclama herdeira de uma visão iberista, partidária de uma saudável convivência entre os povos peninsulares e defendendo a existência de um forte intercâmbio e o aprofundamento do conhecimento recíproco.

Desde a sua fundação, vem promovendo diversos eventos comemorativos da Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974. No presente ano solicitou à A25A a participação de um seu membro, preferencialmente um Capitão de Abril, para proferir uma conferência em Gijón sobre o tema «25 de Abril de 1974, a Revolução Necessária».

Aprígio Ramalho, à direita, quando usava da palavra em Gijón

Respondendo a esta solicitação, desloquei–me a Gijón em 21 de Abril de 2003, onde nessa noite assisti ao primeiro dos eventos comemorativos do 25 de Abril: um concerto da artista portuguesa Amélia Muge, acompanhada pelo seu grupo musical, realizado numa das melhores salas de espectáculos daquela cidade, com assinalável êxito.

No dia seguinte, realizou–se no Fórum do Antiguo Instituto, a já referida conferência que suscitou grande interesse e o muito agrado das pessoas presentes.

Durante este dia, tive oportunidade de dar três entrevistas, solicitadas por órgãos de informação da Região das Astúrias.

Fui ainda recebido no Ayuntamiento de Gijón pelo respectivo presidente, que me manifestou a sua grande satisfação pela visita de um Capitão de Abril e o seu grande respeito e interesse pela Revolução Portuguesa de Abril de 1974.

Esta minha estada em Gijón foi rodeada de grande carinho e simpatia. Destaco como momento marcante, pelo seu simbolismo, o canto de *Grândola Vila Morena*, no final da conferência. ■

Uma espanhola apaixonada pelo 25 de Abril

A história de Lourdes Eced

NA SEMANA SANTA de 1987 visitou Lisboa. Jovem estudante espanhola, Lourdes Eced Minguillón deixou Saragoça para uma viagem estudantil à cidade do Tejo. Pouco ou nada sabia então de Portugal. Ouvira falar, claro, da revolução de Abril e, desses relatos, ficara–lhe a ideia de um processo romântico em que os soldados levavam cravos nos canos das espingardas. Uma coisa estupenda e muito comovedora.

Esta semana iria mudar a sua vida.

Embrenhou–se nas vielas da cidade e sentiu uma atracção irresistível pela luz e cores que ao entardecer tomam conta da urbe. Deixou–se embalar pela musicalidade do fado e nele percebeu o fascínio da língua portuguesa. Adquiriu livros e discos, ouviu Zeca Afonso e quando regressou a Saragoça era já outra pessoa.

Sentiu a nostalgia da partida como nunca havia experimentado noutras ocasiões. Saragoça era a sua casa, os seus amigos, o teatro que a esperava para iniciar um longo caminho, a par das projectadas actividades compatíveis com a licenciatura em Geografia e História concluída em 1988.

Durante quatro anos sentiu–se dividida e, em 1992, pareceu–lhe escutar o aviso de uma voz interior: «agora ou nunca».

Com umas pequenas economias no bolso e todo o tempo do mundo matriculou–se no curso de Língua e Literatura Portuguesa e transferiu–se para Lisboa. Permaneceu dois anos na «cidade branca» e percorreu as ruas de cima a baixo, andou de metro e viajou de comboio, visitou museus, quedou–se fascinada pelas gentes atenciosas e amáveis, sentiu–se identificada com o clima, as praças e a urbe cosmopolita. Viu e ouviu Amália Rodrigues.

Destes dois anos passados em Lisboa diz terem sido os melhores da sua vida. A explicação para tal encontra-a simplesmente no desejo incontido de quando se jubilar voltar a Lisboa e aí passar os últimos tempos numa casita sua a falar o idioma mais belo do mundo.

Natural de Alloza (Teruel) onde nasceu em Fevereiro de 1965, foi a última criatura da sua terra a ver pela primeira vez a luz do dia ajudada por uma parteira. No pai - que havia sido mecânico de automóveis - viu sempre o modelo de sua vida, porque sempre quis superar–se e acabou como delegado de vendas de um concessionário de automóveis. Ele que era filho de um exilado republicano já experimentara na carne os horrores da guerra e por isso lhe transmitira os valores da paz e da liberdade. A liberdade que ela via na tolerância e inteligência de sua mãe e no sentido positivo com que encarava a vida. Da infância e adolescência guarda os testemunhos dos pais. Dos primeiros tempos recorda também os estudos feitos em colégios de freiras. É com este espírito tranquilo que chega à faculdade para poder realizar o sonho de vir a ser a «senhora professora».

Uma viagem a Lisboa acabou por transformar a vida de Lourdes Eced

A viagem a Lisboa, porém acabaria por lhe trocar as voltas.

Hoje é de facto senhora professora. Não de Geografia nem de História como a sua licenciatura da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Saragoça lho permitia. Mas de Português no Instituto de Idiomas da Universidade de Saragoça onde é também coordenadora da Secção de Português.

O que levará uma cidadã espanhola a proclamar que o seu escritor é Saramago, os seus poetas são Mário Sá Carneiro e Fernando Pessoa, o seu pintor Almada Negreiros, os seus políticos Mário Soares e António Guterres, o historiador Hermano Saraiva, o seu cantor Zeca Afonso?

O amor por Lisboa, o fascínio pela língua de Camões, a obsessão pela Revolução dos Cravos e a paixão pelo feito dos capitães de Abril são hoje a razão básica da sua vida que ela própria nunca havia imaginado, de tal forma que se fez sócia da A25A.

Como de resto não o imaginem nem o entendem os seus concidadãos que ao saberem da sua actividade como professora de português exclamam: «Que exótico». Ao que Lourdes Eced costuma responder com desarmante simplicidade: «Exótico? Mas se estamos aqui ao lado!» Quando declama poetas portugueses com uma voz bem colocada, arrebatadora e segura também lhe costumam perguntar de que região de Portugal é natural. Ela responde com um sorriso: «O português é o idioma mais bonito que ouvi falar até hoje.»

Isto mesmo comunica aos seus alunos quando entram na sala de aula e lhes dispara: «Muito bem! Haveis escolhido o idioma mais belo do mundo.»

A divulgação da história de Lourdes Eced nas páginas de *O Referencial* justifica-se plenamente não apenas pelo que ela em si mesmo representa mas, sobretudo, por Lourdes Eced ter feito dos ideais do 25 de Abril uma das bandeiras da sua vida. Todos os anos, por ocasião da evocação da Revolução dos Capitães, dedica tempos especiais das suas aulas ao tema, inclusive com passagem de vídeos, e oferece cravos aos seus alunos para eles se lembrarem sempre daquele dia mítico de 1974. Os cursos de português em Saragoça têm sido anualmente frequentados por um número de alunos que oscila entre os 90 e 70. Este ano é assistido por 54.

Foi também Lourdes Eced que se afadigou para este ano Saragoça poder ter uma solene comemoração do 25 de Abril, evento de que Aprígio Ramalho nos conta na página seguinte.

Que bom seria se nas escolas de Portugal pudéssemos contar com muitas Lourdes Eced. Ela que continua a emocionar–se com a «Grândola, vila morena». De tal forma que a quis cantar connosco este ano em Coimbra, onde veio celebrar o 25 de Abril. ■

Abril em Saragoça

APRÍGIO RAMALHO

NA SEQUÊNCIA de contactos estabelecidos com a Direcção da A25A, pela professora de Português do Instituto de Idiomas da Universidade de Saragoça, Lourdes Eced Minguillón, foi possível o nosso apoio e participação num conjunto de eventos, que aquela Universidade se propôs realizar numa semana cultural com o tema «Portugal em Abril».

Para a sua concretização, a A25A disponibilizou-se a ceder a título de empréstimo, um conjunto de fotografias referentes aos dias 25 de Abril e 1 de Maio de 1974 e alguns cartazes, destinados à montagem de uma exposição; diligenciar, junto do nosso associado Carlos Carranca, a organização de um concerto de fados e recital de poesia portuguesa, a que foi dado o título «Coimbra, o Canto, a Guitarra e a Poesia»; deslocar a Saragoça o presidente da Direcção, Vasco Lourenço, e o vogal Aprígio Ramalho para, entre outras coisas, participarem numa mesa redonda sobre o tema «25 de Abril de 1974 - da Conspiração à democracia».

Chegados a Saragoça em 9 de Abril, fomos recebidos na Universidade, pela vice-reitora para as áreas Social e Cultural, de forma muito afectiva e calorosa, acompanhada pelo director do Instituto de Idiomas e pela directora das Actividades Culturais da Universidade.

Após esta recepção, participámos na sessão de apresentação pública da semana cultural «Portugal em Abril», seguindo-se as actividades constantes no respectivo programa.

Entretanto, fomos informados da necessidade que a organização teve de alterar o programa divulgado, porque na sequência dos acontecimentos da Guerra no Iraque, havia sido decretada greve na Universidade para o dia seguinte, 10 de Abril e, convocada uma manifestação popular em Saragoça contra a guerra.

Embora esta situação tenha complicado a articulação das actividades programadas, foi possível levar a efeito as principais nos dias 9 e 11 de Abril e ainda, dar-nos a oportunidade de participar na manifestação popular contra a Guerra, acompanhados por elementos da Universidade. Como levávamos na mão um cravo vermelho, este pequeno grupo chamou à atenção de algumas pessoas, que após saberem da presença dos dois Capitães de Abril de Portugal, nos brindaram com efusivas felicitações e grande carinho.

A Mesa redonda sobre o tema «25 de Abril de 1974 - da Conspiração à Democracia», realizada no Salão Nobre da Universidade, teve uma intervenção de fundo feita pelo Vasco Lourenço, que prendeu a numerosa assistência presente e suscitou grande curiosidade e interesse. O seu impacto e a importância atribuída, ultrapassaram em muito as nossas expectativas.

Fotos de Abril, de cravos e capitães, prenderam a atenção dos visitantes

A nossa presença em Saragoça despertou grande interesse por parte da comunicação social, tendo sido possível realizar uma entrevista para o jornal *El Periódico* e outra para uma estação de rádio de Saragoça.

O reitor da Universidade de Saragoça, na impossibilidade de estar presente à nossa recepção no dia 9 de Abril, quis receber-nos na Universidade no dia 11, momento que destacamos pela sua importância simbólica, mas também pela muita simpatia e interesse manifestados no decurso deste encontro, que ainda teve a presença do assessor cultural da Embaixada de Portugal, o escritor João de Melo, que acompanhou e participou nas actividades da semana cultural «Portugal em Abril».

Esta jornada de divulgação de Portugal e de homenagem à Revolução de Abril de 1974, caracterizou-se pelo grande interesse que suscitou não só no meio universitário, mas também na sociedade de Saragoça, fechando com chave de ouro com o concerto de fados e recital de poesia portuguesa.

O nível artístico e cultural deste evento, provocou enorme surpresa, admiração e mesmo emoção, numa assistência que enchia por completo o grande salão onde se realizou e foi brindado com fortes e prolongados aplausos. No final cantou-se a *Grândola Vila Morena* de forma bem sentida chegando mesmo à emoção.

Como última referência a esta tão importante jornada, torna-se indispensável e de absoluta justiça reconhecer que a sua realização só foi possível, pelo grande esforço e incansável empenho da professora de Português do Instituto de Idiomas da Universidade de Saragoça, Lourdes Eced Minguillón, que há muito alimentava esta ideia, fruto da grande admiração e carinho que nutre pela Revolução dos Cravos e pelos Capitães de Abril.

Não podemos deixar ainda de publicamente agradecer e prestar a nossa homenagem a esta grande amiga e apaixonada de Portugal, que de forma tão preocupada e calorosa nos recebeu e sempre acompanhou em Saragoça, propiciando-nos uma estada inesquecível. ■

«Coimbra, o Canto, a Guitarra e a Poesia» encantou Saragoça

Direitos reservados

Descentralizar a Associação

JOSÉ FERNANDES

A A25A já tem uma sede nacional digna, própria para o desempenho da sua actividade e persecução dos seus objectivos, garantindo ainda um local de encontro para os seus associados e amigos do 25 de Abril.

Mas agora que já atingimos este objectivo, outros se nos colocam.

O 25 de abril, não foi feito só para alguns, e como tal devemos ter com importante missão levar o 25 de Abril a todo o lado, ou melhor ainda, fazer com que, em todos locais do território nacional existam homens e mulheres de Abril, sobretudo jovens, que possam continuar o espírito de Abril, defender a Liberdade, aprofundar a Democracia.

Que interessa ter uma sede moderna e atractiva, se a distancia limita a sua frequência porque nem todos são ou vivem na capital.

Como tal torna–se cada vez mais necessário descentralizar a Associação, criando Delegações Regionais que por sua vez deverão ter como preocupações principais, angariar novos sócios e sócios «novos», assim como sensibilizar estes sócios a agruparem–se nas suas zonas em núcleos que se pretendem o mais dispersos possível, com autonomia e capacidade de apoiar as populações e poderes locais, permitindo que se criem condições para discutir os problemas sociais emergentes do 25 de Abril, apoiar e fomentar iniciativas na defesa da Liberdade e da Democracia, aprofundar o estudo do 25 de Abril e do período que se lhe seguiu, assim como formar agentes de ensino que possam explicar aos mais jovens o que foi, como se fez e como evoluiu até aos nossos dias.

Por vezes ouvimos alguns de nós, dizer que a nossa Associação, se pode vir a tornar uma associação que comemora o 25 de Abril e daqui a uns anos uns velhinhos de bengala irão como vimos fazer aos velhos republicanos ,comemorar o 5 de Outubro.

Não podemos ignorar que tal situação se deveu (e por isso não pode ser termo de comparação) à acção do regime salazarista, que tudo fez para apagar da história a primeira república, começando logo de princípio por encetar uma perseguição feroz aos centros republicanos , escolas, sociedades e academias nascidas da República.

Como foi este regime (a ditadura) que derrubámos, não podemos permitir que outro qualquer regime, apague da história este período glorioso de e pós 25 de Abril. Por isso temos de descentralizar e aproveitar o potencial humano que ainda possuímos e se encontra espalhado por este Portugal e no estrangeiro , onde existem comunidades de portugueses, para, sobretudo, formar aqueles que como diria o meu caro consócio Candeias, são os «Cravinhos de Abril».

Nós, no Alentejo, vamos tentar atingir este objectivo, mas pensamos que tal acção deve ser total e espalhar–se a todo o País. Sabemos que em algumas zonas a tarefa é difícil , mas temos a certeza de que fazer o 25 de Abril foi muito mais complicado. Tudo depende do esforço e espírito com que encarar–mos esta missão e a forma como cada um de nós encarar este desafio.

Provocando até um certo despique, que poderemos comparar ao das bandeiras azuis nas praias, de forma a que seja ponto de honra para qualquer localidade ter asteada uma bandeira da Associação, representativa, de que ali se vive e partilha o espírito do 25 de Abril.

Tal é difícil mas não impossível, porque teremos connosco sempre um grande aliado, um aliado que nasceu e foi conquista importante do 25 de Abril, o poder autárquico democrático. ■

O presidente da A25A, Vasco Lourenço, no uso da palavra, após o acto de posse conferida em Grândola

Empossados corpos sociais da Delegação do Alentejo

No passado dia 31 de Maio, realizaram-se as primeiras eleições da Delegação do Alentejo da A25A. Após três anos em que uma comissão instaladora criou condições para se realizarem eleições e geriu os destinos da delegação, convocou-se uma assembleia-geral dos sócios do Alentejo, que se realizou na Biblioteca Municipal de Grândola.

Da sessão salientamos a aprovação por unanimidade do relatório de contas do exercício e relatório final da Comissão Instaladora, passando-se depois à eleição da lista proposta, que foi eleita. Assim, os corpos sociais da Delegação do Alentejo da A25A são os seguintes:

Assembleia-Geral: presidente Carlos Almada Contreiras, vice-presidente Hélder Costa, secretário Aníbal Cordeiro e suplente José Rosário Simões.

Direcção: presidente José Fernandes, vice-presidente Rui Junqueira Lopes, secretário Artur Chainho, tesoureiro Pedro Horta, vogais Albano Pinela, Matos Serra, Rosado da Luz, Vítor Santos e Vitorino Baptista. Suplentes: Salustiano Candeias e Lurdes Pinheirinho Ramos.

A tomada de posse ocorreu no dia 5 de Junho na sede provisória da Delegação em Grândola, e foi conferida pelo presidente da Direcção da A25A. Após um minuto de silêncio pelos sócios falecidos e a leitura da acta da Assembleia-Geral, os membros dos corpos sociais assinaram o termo de posse. Ao acto estiveram presentes os presidentes das Câmaras de Grândola, Santiago do Cacém, Alcácer do Sal e Junta de Freguesia de Grândola assim como o representante da delegação da A25A do Canadá. Em nome dos autarcas presentes, usou da palavra o presidente da Câmara Municipal de Grândola, Carlos Beato, para salientar a importância que a Delegação tem para a região e destacar o papel do poder autárquico, na defesa dos ideais e conquistas de Abril. O presidente da Assembleia recém-eleito falou em nome da direcção, realçando o trabalho da Comissão Instaladora e o louvável empenhamento da Câmara de Grândola na instalação e apoio à Delegação. Salientando ainda algumas preocupações da nova Direcção, nomeadamente o aumento de sócios, sobretudo vindos das camadas jovens e o cumprimento do programa eleitoral.

Os novos corpos sociais da Delegação do Alentejo

Encerrando o presidente da Direcção nacional, enalteceu o trabalho realizado até ao presente, salientando ainda a cada vez maior necessidade de todos os que defendem a liberdade e a democracia se unirem em torno da Associação, face aos cada vez mais intensos ataques às conquistas de Abril. ■

Convites feitos à A25A

No último trimestre a Associação 25 de Abril e a sua direcção receberam os seguintes convites:
ABC Cine-Clube de Lisboa - Ciclo retrospectivo «Werner Herzog», 07-04-2003
Associação Casa Memorial Humberto Delgado - Inauguração da exposição, tertúlia e debate sobre o tema «Ideias Livres», 17-05-2003
Associação Escadote Cultural - Inauguração da exposição colectiva sobre o 25 de Abril, 03-04-2003
Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra - tomada de posse dos novos Órgãos Sociais, 22-03-2003
Associação dos Trabalhadores da Casa Pia de Lisboa - Sarau cultural denominado « Abril, Poesia e Música», 28-04-2003
Bloco de Esquerda - III Convenção Nacional - 10-11-05-2003
Bombeiros Voluntários da Pontinha e a Junta de Freguesia da Pontinha - Inauguração da exposição Tributo e Solidariedade aos Bombeiros, 05-05-2003
Câmara Municipal das Caldas da Rainha - Inauguração da Exposição Água e outras jóias de José Aurélio, 08-06-2003
Câmara Municipal de Gaia - Estreia do 193º espectáculo do TEP Antígona, de António Pedro, 24-05-2003;
Câmara Municipal de Lisboa - Porto de honra do início dos trabalhos do XXVIII Encontro Nacional das Associações de Pais, 07-03-2003; lançamento do livro *Testemunhas de um País Novo* de Álvaro Fernandes, 20-03-2003; inauguração da exposição de pintura *Menschenmenge muita gente* de Susana Monteiro, 22-04-2003; inauguração da exposição de pintura de Andreia Rebelo e Henrique Vale, 03-05-2003
Campo da Comunicação - apresentação pública da revista *IE - Ideias à esquerda*, 27-03-2003
Centro Cultural do Fundão - Assistir/participar no «cinema-te em Abril», 20-04-2003
Clube do Sargento da Armada - Comemorações do dia Internacional da Mulher, 08-03-2003; comemoração do 19º aniversário da Delegação do Feijó, 05-05-2003; inauguração da exposição de Artes Plásticas e Arte Popular, 17-05-2003
Companhia de Teatro de Almada - Estreia da peça *Paolo Paoli* de Arthur Adamov, 3-04-2003; estreia da peça *A Paz, de Aristófanes*, 12-13-14-06-2003;
Editora Prefácio - apresentação do livro «Guerra e Marginalidade» do Coronel Luís Alves de Fraga, 13-03-2003
Editorial Avante - Sessão de Lançamento do livro «As mulheres e o Poder Local», 05-03-2003; Apresentação do livro Bento Gonçalves - «Inédito e testemunhos», 13-05-2003
Editorial Caminho - Lançamento de «Gramática da Língua Portuguesa», 06-03-2003; apresentação do livro «Chão de Víboras» de Vergílio Alberto Vieira, 14-03-2003; lançamento do livro «Bom dia Camaradas de Ondjaki», 17-03-2003;
lançamento do livro «Via de extinção» de Filipe Leandro Martins, 21-03-2003; lançamento do livro «Diário de um treinador» de Jorge Miguez Araújo, 25-03-2003; lançamento do livro «Neoliberalismo e Direitos Humanos» do Prof. Doutor António José Avelãs Nunes, 26-03-2003; lançamento do livro «Cidade de Deus» de Paulo Lins, 29-05-2003,
Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio - Sessão solene do Dia Nacional das Colectividades, 31 -05-2003; Gala de Ginástica Cidade de Almada Lisboa 2003 - 07-06-2003, Galeria Barata - Inauguração da exposição de Maurice Wenger, 05-05-2003
Hugin Editores - lançamento da obra «O Fantasma da Obra II- antologia poética 1993-2001» de José Jorge Letria, 20-05-2003
Junta de Freguesia da Pena - II Festival de Folclore da Freguesia da Pena, 11-04-2003
Junta de Freguesia de Santa Catarina - Inauguração da exposição colectiva «Expressões», 27-03-2003; Inauguração de Fotografia «O Factor Trabalho» de Aníbal Sequeira, 07-05-2003
Junta de Freguesia da Venteira - VI Encontro de Coros, 21-03-2003
Liga dos Combatentes - Romagem à Batalha em comemoração da Batalha de La Lys, 09-04-2003
Palimage Editores - Lançamento do livro «Em nome da Grei» de Gustavo Pimenta, 15-04-2003
Vera Gonçalves e Galeria Vértice - Inauguração da exposição «Homeo» de Vera Faria Gonçalves, 08-05-2003. ■

Ofertas recebidas na Direcção

No último trimestre, a Direcção da Associação 25 de Abril recebeu as seguintes ofertas:
Estatueta e livro *Gijón una ciudad de 2000 anõs* oferta de Ayuntamiento de Gijón; colecção da *Revista de Cultura y Ciencias Social* es oferta da Abaco; livro *Companheiros da minha estrada* oferta de José Man; livro With Hardened Hands, oferta da Associação Democrática em Toronto; cartaz comemorativo do 25 abril, oferta do alunos do 4.º ano - sala 3 da Escola Básica n.º 1 de Algés; livro sobre o 25 de Abril, oferta da aluna Kateryna da Escola Básica n.º 1 de Algés; livro *Almada terra de coragem*, oferta do associado Carlos Sanches de Almada; livro *História de uma gaivota e do gato que a ensinou a voar*, oferta do presidente do Conselho Executivo da Escola Miguel Torga - Casal de São Brás; livro *HIV-1 neuropathogenesis e Antiviral Research* de Cândida da Fonseca Pereira, oferta do sócio Delgado Fonseca; revistas, jornais caneta e uma escultura, oferta do Núcleo Salgueiro Maia no Canadá; livro *Testemunhos de um País Novo*, oferta do autor Álvaro Fernandes; livro *Via de extinção* de Filipe Leandro Martins, oferta do editor; livro *Cidade de Deus* de Paulo Lins, oferta da Editorial Caminho; *Desafectos ao Estado Novo* de Artur Ferreira Coimbra, oferta da Junta de Freguesia de Fafe. Feito este registo fica o agradecimento público da A25A. ■

Actividades no Fórum

De 1 a 28 de Abril esteve patente uma exposição de algumas obras de José Aurélio, nomeadamente escultura e medalhística, a qual foi inaugurada pelo Presidente da República.
De 2 a 15 de Maio o espaço do Fórum foi ocupado com uma exposição de pintura de Franco Charais e Stela Barreto.
A 7 de Maio teve lugar uma tertúlia organizada pela Associação dos Amigos do *Le Monde Diplomatique* (Edição Portuguesa), cujo tema em debate foi a situação na Venezuela.
A 12 de Maio realizou-se uma mesa redonda subordinada ao tema «A Defesa Militar da Europa», moderada pelo gen. Chito Rodrigues e pelo presidente da Direcção, tendo como participantes os generais Loureiro dos Santos, Gabriel Espírito Santo e Bacelar Begonha, o almirante Artur Sarmento e o deputado Marques Júnior.
Entre 15 e 31 de Maio esteve aberta ao público uma exposição de pintura, designada «Transcendências» da autoria de Man.
No dia 20 de Maio ocorreu a apresentação em Lisboa, a cargo de Pezarat Correia, da obra do nosso associado Diamantino Gertrudes da Silva «Deus, Pátria e... a Vida» e a 29 a apresentação do livro de Paulo Lins, «A Cidade de Deus».
A 1 de Junho foi inaugurada uma exposição do colectivo Maumaus, integrada na Lisboa Photo, que esteve patente até 30 do mesmo mês. ■

Falecimentos

No último trimestre registámos o falecimento dos seguintes associados
Joaquim Dias Marcelino Marques n.º 879 (sócio fundador); José Maria Soares Ferreira Onofre, n.º 916 (sócio fundador); José Barros Moura n.º 2213; Ramon de La Féria n.º 6 (apoiante); Ana Maria Blanco de Almeida Abreu nº 2863 e Pedro Pedreira que foi um dos sócios fundadores da Delegação do Alentejo.
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (59)

LUÍS GALVÃO

CONHECER as técnicas de carteio, identificar as situações em que devem ser especificamente utilizadas e ser capaz de as aplicar correctamente, constituem a trilogia que deve fazer parte da bagagem do bom carteador ou do jogador interessado em melhorar as suas prestações à mesa de jogo. No intuito de atingir essa melhoria propomo–nos apresentar uma manobra técnica muito difundida, mas que nem sempre é convenientemente posta em prática. Trata-se do carteio em DUPLO CORTE ou, como é mais conhecida entre os bridgistas, do JOGO DA RAINHA MÃE.

1 - O carteio

1.3 - O carteio em trunfo

1.3.4 - Variante do plano n.º 1:

- o duplo corte

Ao longo da minha vida como jogador de bridge tenho constatado que um número significativo de carteadores «pelam–se» por encontrar mãos em que possam aplicar a técnica da RAINHA MÃE, ainda que muitas dessas mãos devessem, na realidade, ser jogadas com recurso a outras técnicas de carteio. O porquê da apetência por esta manobra reside, julgo eu, na enganadora facilidade da sua utilização. Deixo para já o alerta que decorre do facto dos jogos possíveis de serem carteados em DUPLO CORTE (ou PING PONG) serem, de facto, em muito menor número do que alguns jogadores pensam.

Para além disso os que, na realidade, se identificam como adequados a serem carteados dessa forma apresentam, na maioria dos casos, armadilhas que deverão ser acauteladas por forma a que determinadas «surpresas» não comprometam o sucesso do contrato.

São os cuidados a ter com o carteio desse tipo de mãos que constituirão a essência deste artigo.

Consideremos a seguinte mão:

♠ R1072
♥ A7542
♦ 6
♣ AR5

N
W E
S

♠ ADV5
♥ 3
♦ A9872
♣ 862

N/S VULNERÁVEIS
DADOR: SUL

S	W	N	E
1♦	-	1♥	-
1♠	-	2♣	-
2♦	-	2♠	-
3♠	-	4♦	-
4♥	-	4 ST	-
5♥	-	6♠	-
-	-		

O leilão foi, realmente, muito elaborado mas, temos que reconhecer, os jogadores em N/S marcaram um contrato muito sólido.

A voz de 2 ♣ de era no anúncio do 4.º naipe o que, no sistema que estava a ser utilizado, era uma voz forcing de partida e que nada tinha a ver com o naipe de ♣.

As vozes de 4 ♦ de N e de 4 ♥ de S eram controlos e o anúncio de 4 ST era uma pergunta de ases (BLACKWOOD - BW).

SAÍDA: - R ♥

O carteador (S) escolheu a sua mão como MÃO DE BASE e contou as perdentes relativamente a essa mão:

- 1 ♠
- 4 ♦

5 Perdentes

Marcado o contrato e contabilizadas as perdentes surgiu a inevitável questão: Como fazer desaparecer quatro das vasas perdentes para que o cumprimento do contrato seja possível?

É óbvio que as quatro perdentes a ♦ poderão ser cortadas com os trunfos do morto e que as perdentes a ♥ do morto poderão ser cortadas com os trunfos de S. Contabilizando o número de vasas teremos:

5 a ♥ (o A mais quatro cortes)
5 a ♦ (o A mais quatro cortes)
2 a ♣ (A e R)
12 vasas

Feita esta análise elementar mas consciente, o carteador constatou estar perante um clássico jogo de DUPLO CORTE (da RAINHA MÃE, de PING PONG ou de CORTES CRUZADOS) e congratulou–se pelo facto do ADV em W não ter saído a ♠, o que inviabilizaria a utilização da sua manobra preferida de carteio.

Mas cuidado que há uma ratoeira em toda esta solução primária, dado que se o carteador se puser de imediato a cortar as ♥ e os ♦ poderá acontecer que um dos ADV balde os ♣ que possui na mão e que quando S bater o A ♣ veja ruir todo o seu arquitectado castelo de sonhos, ao ser cortada essa vasa contabilizada como certa.

Aqui se materializa o primeiro cuidado que todo o carteador deverá ter quando utilizar a técnica do DUPLO CORTE e que é o de encaixar as vasas seguras à cabeça antes de se embrenhar nos cortes cruzados.

Esta é uma regra fundamental que não poderá ser do desconhecimento de qualquer jogador, mesmo que iniciado.

Vejamos pois qual deverá ser a correcta aplicação da técnica do DUPLO CORTE na mão que apresentámos: A vasa de saída foi feita com o A ♥ do morto e o carteador, de imediato, bateu o A e o R ♣ e só depois é que iniciou as jogadas em cortes cruzados, cortando as ♥ de N e os ♦ de S, conseguindo, em segurança as suas doze vasas.

Eis a mão completa:

♠ R1072
♥ A7542
♦ 6
♣ AR5

♠ 96
♥ RD1086
♦ RV
♣ V943

N
W E
S

♠ 843
♥ V9
♦ D10543
♣ D107

♠ ADV5
♥ 3
♦ A9872
♣ 862

Sugiro aos leitores que vejam o que acontece no caso do carteador iniciar o carteio pelos cortes cruzados antes de bater o A e R de ♣. Facilmente constatarão que E baldará as suas três cartas de ♣ nos 2.º, 3.º e 4.º cortes a ♥, conduzindo o carteador para uma situação irreversível e catastrófica.

Para além da ameaça dos cortes das vasas de cabeça, deverei alertar os leitores para um outro perigo, este mais subtil, que poderá acontecer quando se utiliza o DUPLO CORTE. É que, nalguns tipos de mãos, não é indiferente a ordem pela qual se iniciam os cortes, porque poderei cair numa situação de incontornáveis problemas de comunicação, normalmente quando os naipes a cortar têm comprimentos diferentes. Quando tal acontecer haverá que iniciarem–se os cortes pelo naipe mais comprido o que, obviamente, resolve a questão das comunicantes.

Ilustrando o alerta atrás referido, desafio os leitores a tentarem cumprir 6 ♥ iniciando os cortes pelos ♦ e depois, noutra LINHA DE JOGO, pelos ♣ e vejam a que resultados chegam em cada uma das duas linhas, com a saída a R ♦:

♠ AR52
♥ R1087
♦ A632
♣ 2

N
W E
S

♠ 973
♥ ADV9
♦ 10
♣ AD853

E, já agora, sugiro que encontrem também uma solução para o caso do ADV em W ter saído ardilosamente a ♥, inviabilizando o desdobramento completo dos trunfos.

Qual seria o PLANO DE JOGO neste caso?

Até ao próximo número.

Mensagem

O aniversário do 25 de Abril é sempre tempo para uma reflexão sobre o seu significado e os seus resultados. Por muitos anos que passem, continuamos a sentir uma enorme emoção e legítimo orgulho, ao recordar o acto libertador que protagonizámos.

Foi há 29 anos. A Liberdade saiu à rua. Foi o tempo de todos os sonhos, de todas as lutas. Foi o tempo da renovação da sociedade portuguesa e da concretização dos desejos justamente acalentados. Foi o tempo do fim da guerra e da construção da paz.

Hoje, com a vivência da Liberdade, com a Democracia e com o Estado de Direito instituídos, sentimos que valeu a pena. Temos um país melhor, um Portugal democrático, livre, em paz e mais desenvolvido. Um Portugal integrado na Europa e liberto do isolamento em que vivia.

Mas também nos sentimos inconformados. Nem tudo está bem no Portugal de Abril. Muitos dos direitos fundamentais dos cidadãos são postos em causa e deles se faz hoje tábua rasa: o trabalho é cada vez mais precário e o desemprego aumenta; a segurança, a educação, a saúde, a habitação, a justiça social, estão longe de corresponderem às necessidades e aos anseios dos portugueses.

Vivemos em democracia, mas a democracia é muito mais do que um sistema normativo. Uma prática sã da democracia impõe que o poder representativo tenha sempre presente o sentir do povo que deve servir. A conquista do poder em democracia não significa que se fique imune às próprias leis, que se esqueçam as normas de funcionamento de um Estado de Direito, que se ignorem todas as opiniões diferentes.

Contrariando o profundo sentir da maioria das portuguesas e dos portugueses, o nosso país deixou-se envolver numa guerra de agressão, com justificações que nada justificam, feita ao arrepio da lei internacional e cujas consequências ainda são difíceis de imaginar. Se o derrube de um regime ditatorial é positivo, nada justifica a guerra a que assistimos. A guerra de um gigante contra um anão, que resultou num autêntico massacre de milhares e milhares de inocentes, mas também na destruição dos valores históricos, patrimoniais e morais de uma cultura multimilenar, um dos berços da nossa própria cultura e civilização.

Como representantes legítimos dos que há 29 anos puseram fim a uma guerra iníqua e ilegítima, não podemos deixar de nos manifestar contra uma guerra injustificável, como a que dizimou o Iraque. Como não podemos ignorar, e por isso apresentamos um veemente protesto, à eventualidade de novas guerras com idênticos propósitos, nomeadamente o da consolidação de um império que quer, a qualquer preço, dominar o Mundo. Daí resultará, inevitavelmente, a destruição do direito internacional, da Organização das Nações Unidas e do espírito da União Europeia. Por isso lutamos hoje, certos de que todos os impérios acabam por sucumbir.

A defesa dos valores de Abril devem levar-nos ao aprofundamento da cidadania europeia. De uma Europa da paz, da democracia, da solidariedade social e do desenvolvimento. Não podemos aceitar o regresso à barbárie. Também por isso não aceitamos o ataque ao ideário do 25 de Abril. Temos como desejável que todas as ditaduras desapareçam – todas, sejam consideradas de esquerda ou de direita – mas isso não pode ser obtido com o recurso à força cega e bruta.

O Mundo é imperfeito, mas é também o resultado de séculos de procura. O futuro só poderá ser melhor, se o enfrentarmos todos, mas principalmente a juventude, com Liberdade e em Democracia.

Por nós, Associação 25 de Abril, porque continuamos orgulhosos e honrados pela nossa contribuição para a libertação e democratização de Portugal, não haverá desistências. Também por isso, decidimos promover o Observatório da Democracia e, no próximo ano, o 1.º Congresso da Democracia Portuguesa. Aí procuraremos os caminhos possíveis para aprofundar e melhorar a nossa democracia. Continuamos firmes e determinados a dar continuidade aos propósitos que há 29 anos nos fizeram avançar para a libertação de Portugal.

Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

Lisboa, 25 de Abril de 2003

Associação 25 de Abril